



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS CERTIFICAÇÕES  
(CONFORMIDADE) DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA  
NO DISTRITO FEDERAL**

**FERNANDO CLESER MORENO DE ALMEIDA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS**

**BRASÍLIA/DF  
SETEMBRO/2013**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGOCIOS**

**CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS CERTIFICAÇÕES  
(CONFORMIDADE) DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA  
NO DISTRITO FEDERAL**

**FERNANDO CLESER MORENO DE ALMEIDA**

**ORIENTADOR: PROF. Dr. FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO  
CO-ORIENTADOR: Dr. JOÃO PAULO GUIMARÃES SOARES**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS  
PUBLICAÇÃO: 90/2013**

**BRASÍLIA/DF  
SETEMBRO/2013**

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

Almeida, F. C. M. de. Caracterização e análise das Certificações (Conformidade) de Unidades de Produção Orgânica no Distrito Federal, Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2013, 87p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

### FICHA CATALOGRÁFICA

Almeida, Fernando Cleser Moreno de

**Caracterização e Análise das Certificações (Conformidade) de Unidades de Produção Orgânica no Distrito Federal.** / Fernando Cleser Moreno de Almeida; Almeida; orientação Flávio Borges Botelho Filho. – Brasília, 2013.

p. : il.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2013.

1. Orgânicos. 2. Certificação. 3. Qualidade.

CDD ou CDU  
Agris / FAO

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINARIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGOCIOS

CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS CERTIFICAÇÕES  
(CONFORMIDADE) DE UNIDADES DE PRODUÇÃO ORGÂNICA  
NO DISTRITO FEDERAL

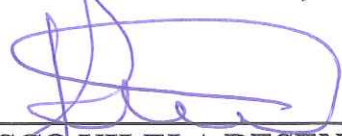
FERNANDO CLESER MORENO DE ALMEIDA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
SUBMETIDA AO PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO EM  
AGRONEGÓCIOS, COMO PARTE  
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS  
À OBTENÇÃO DO GRAU DE  
MESTRE EM AGRONEGÓCIOS.

APROVADA POR:

  
FLÁVIO BORGES BOTELHO FILHO, DOUTOR, UNB.  
(ORIENTADOR)

  
MANOEL PEREIRA DE ANDRADE, DOUTOR, UNB.  
(EXAMINADOR INTERNO)

  
FRANCISCO VILELA RESENDE, DOUTOR, EMBRAPA  
(EXAMINADOR EXTERNO)

BRASÍLIA/DF, 23 DE SETEMBRO DE 2013.

## RESUMO

As certificadoras ou organismos avaliadores da conformidade-OAC atuam como facilitadoras na comercialização de modo que as certificações de produtos orgânicos atuam transmitindo informações e garantindo a qualidade do produto. O mercado crescente de produtos orgânicos reforça a necessidade de informações seguras sobre o processo de produção dos produtos agropecuários. A entrada em um nicho de mercado só ocorrerá se houver confiança na informação sobre a qualidade adicionada ao produto.

O consumidor vem, cada vez mais, buscando características de qualidade atribuídas a produtos orgânicos como, alimento ambientalmente correto e saudável. Contudo, apesar de haver legislação regulamentando o que seja um produto orgânico, ainda assim existem variações, como produtos livres de agrotóxicos ou produtos naturais, que acabam por confundir o consumidor sobre uma definição do que seja um produto orgânico.

Diante disso foi realizado um estudo sobre a caracterização de unidades de produção orgânica e a certificação de produtos orgânicos no Distrito Federal a fim de avaliar como ocorre a garantia de que estes estão de acordo com as normas vigentes e os pontos nos quais poderiam ter falhas.

O estudo aponta a existência de apenas uma certificadora por auditoria atuando no Distrito Federal, e a formação de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – OPAC. A certificação abrange 70% dos produtores de orgânicos, 22,5% estão em transição e 7,5 não possuem certificação. As feiras de produtos orgânicos representam um importante mercado no Distrito Federal, que é favorecido pela participação das Organizações de Controle Social – OCS cadastradas no Ministério de Agricultura.

**Palavras Chave.:** Orgânicos, Certificações, Qualidade.

## ABSTRACT

Certifiers act as facilitators in marketing so as that certification of organic products act conveying information and guaranteeing the product quality. The growing market for organic products increases the need for reliable information on the process of production of agricultural products. The entry into a niche market will only occur if there is trust in the information about the quality added to the product.

The consumer comes, increasingly, seeking quality characteristics attributed to organic products such as, as food environmentally correct and healthy. However, although there is legislation regulating that a product is organic, variations still exist, such as pesticide-free products or natural products that confuse the consumer.

In view of this a study was conducted about organic production and certification of organic products in the Federal District, in order to evaluate how the assurance occurs that the products conform to the standards and points where could have flaws.

The study indicates the existence of only one certification body by audit acting in the Federal District, and the formation of a participative conformity assessment body - OPAC. The certification covers 70% of organic producers, 22.5% are in transition and 7.5 do not have certification. The fair of organic products represent an important market in the Federal District, which is favored by the participation of Organizations Social Control - OCS registered with the Ministry of Agriculture.

**Keywords.:** Organic Products, Certifications, Quality.

## LISTA DE FIGURA

<b>Figura 1: The four food systems prevalent in developing countries and their mode of agro-supply chain organization.</b>	20
<b>Figura 2: Curvas de demanda, com aumento da qualidade.</b>	32
<b>Figura 3 : O sistema de certificação.</b>	39
<b>Figura 4 : Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica.</b>	41
<b>Figura 5: Canal de Comercialização Típico.</b>	45
<b>Figura 6: Entrega Direta ao Consumidor.</b>	47
<b>Figura 7: Mapa da produção agropecuária do Distrito Federal.</b>	49
<b>Figura 8: Certificação entre Produtores Orgânicos.</b>	58
<b>Figura 9: Gráfico Comparativo do DF.</b>	63
<b>Figura 10: Produtores Certificados e Não Certificados, por área - 2006.</b>	65
<b>Figura 11: Área das Unidades de Produção Orgânica no DF</b>	66

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1: Estabelecimentos do Distrito Federal produtores de orgânicos segundo a linha de produto – 2005</b>	12
<b>Estabelecimentos Produtores Segundo a Linha de Produto – 2005</b>	
<b>Tabela 2: Compras de Orgânicos no Brasil, em Kg – PAA Conab. (2009 – 2012).</b>	24
<b>Tabela 3: Produtos Orgânicos comercializados por Região em Mil R\$ – PAA-CONAB.</b>	26
<b>Tabela 4: Produtos Orgânicos comercializados por categoria, em Mil R\$ – PAA-CONAB.</b>	27
<b>Tabela 5: Produtos Orgânicos Comercializados no PAA Distrito Federal – 2012/2013.</b>	47
<b>Tabela 6: Pesos Atribuídos às Alternativas</b>	55
<b>Tabela 7: Notas Atribuídas às questões</b>	56
<b>Tabela 8: Estabelecimentos do Distrito Federal produtores de orgânicos segundo a linha de produto – 2013.</b>	61
<b>Tabela 9: Avaliação por Área da Unidade de Produção.</b>	64
<b>Tabela 10: Comparativo de Produção Orgânica, Brasil e Distrito Federal.</b>	71



## SUMÁRIO

<b>1 – INTRODUÇÃO</b>	11
<b>1.1 Problema de Pesquisa</b>	13
<b>1.2 Justificativa</b>	14
<b>2 – OBJETIVOS</b>	16
<b>2.1 – Objetivo Geral</b>	16
<b>2.2 – Objetivos Específicos</b>	16
<b>3 – REFERENCIAL TEÓRICO</b>	17
<b>3.1 – Conceitos de Agricultura Orgânica</b>	17
<b>3.1.1 – Panorama da Produção Orgânica no Mundo no Brasil e no Distrito Federal.</b>	23
<b>3.2 – Aspectos Socioeconômicos</b>	21
<b>3.3 - Conceitos de Qualidade ligados à Agricultura Orgânica</b>	28
<b>3.3.1 –Qualidade “Natural”</b>	30
<b>3.3.2 – Aspectos Econômicos da Qualidade</b>	31
<b>3.3.3 – Assimetria de Informações</b>	34
<b>3.3.4 – Confiança</b>	37
<b>3.4 - Avaliação da Conformidade e Certificações</b>	38
<b>3.4.1 – O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade</b>	40
<b>3.5 – Canais e Formas de Comercialização</b>	44
<b>4 – MÉTODO DA PESQUISA</b>	48
<b>4.1 – Local e Caracterização dos Produtores</b>	48
<b>4.2 – Caracterização das Certificadoras Existentes</b>	49
<b>4.3 – Instrumento da Pesquisa</b>	50
<b>4.4 – Construção de Indicadores</b>	51

<b>5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	58
<b>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	68
<b>7 – CONCLUSÃO</b>	75
<b>8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	77

## 1 – INTRODUÇÃO

O mercado de produtos orgânicos vem crescendo anualmente, no Brasil e no mundo. Em 2004, dos US\$ 26,5 bilhões movimentados pelo mercado mundial, US\$ 100 milhões, cabiam ao Brasil (BRASIL, 2007). Já em 2010, os produtos orgânicos geraram cerca de 59 bilhões de dólares em compras no mundo, sendo que o Brasil teve a participação de US\$ 200 milhões, (Figueiredo e Soares, 2012). Esse crescimento traz consigo conceitos de desenvolvimento sustentável e saúde, tendo ainda uma boa capacidade de gerar empregos. Segundo SEBRAE (2005)

“A cadeia produtiva da agricultura orgânica é hoje uma das mais promissoras oportunidades de negócios na zona rural, registrando taxas de crescimento de 10% ao ano no Brasil, 20% nos Estados Unidos e 25% na Europa e no Japão, além de apresentar a vantagem de possuir alto índice de geração de empregos em comparação com a agricultura tecnificada tradicional.” (Sebrae, 2005, p. 15).

No Distrito Federal tal tendência também é percebida. Uma das primeiras manifestações neste sentido foi a criação da Associação de Agricultura Ecológica de Brasília – AGE, em outubro de 1988, e que conta hoje com 16 associados.

Em 2006, dados do Censo Agropecuário apontavam 161 unidades de produção produzindo orgânicos no Distrito Federal, entre certificados ou não por entidades credenciadas. O estudo realizado pelo SEBRAE (2005) aponta um grande número de entrantes<sup>1</sup> neste mercado, como pode ser observado na tabela 1.

---

<sup>1</sup> Consideram-se *entrantes* os produtores com interesse em ingressar no setor de agricultura orgânica no período de concepção e desenvolvimento do APL(Arranjo Produtivo Local).

**Tabela 1: Estabelecimentos do Distrito Federal produtores de orgânicos segundo a linha de produto – 2005**

	Unidades produtivas			Total
	Em conversão	Certificados	Entrantes	
<b>Hortaliças</b>	<b>55</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>80</b>
<b>Café</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>33</b>
<b>Frutas</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>20</b>	<b>32</b>
<b>Grãos</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
<b>Cogumelo</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>19</b>
<b>Bovinos</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>10</b>	<b>15</b>
<b>Frango</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>15</b>
<b>Avestruz</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>40</b>
<b>Total</b>	<b>78</b>	<b>42</b>	<b>125</b>	<b>245</b>

Fonte: SEBRAE. Arranjo Produtivo da Agricultura Orgânica no Distrito Federal. Plano de Ação 2005/2007. 43 p. Belo Horizonte, março de 2005.

Observa-se que, entre outras formas de informar e garantir a qualidade dos produtos orgânicos, a certificação pode ser considerada relevante, pois é reconhecida e normatizada em âmbito nacional e internacional.

A definição de certificação orgânica é necessária para o desenvolvimento deste estudo, e segundo BRASIL (2007a) certificação orgânica é:

“ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes” Brasil (2007a, Art. 2º, III.)

Acrescenta-se ainda a obrigatoriedade de certificação para comercialização de produto sob a denominação de orgânicos, conforme pode ser visto em BRASIL (2003).

“art 3º. Para sua comercialização, os produtos orgânicos deverão ser certificados por organismo reconhecido oficialmente, segundo critérios estabelecidos em regulamento.” (Brasil, 2003, art 3º)

A exceção é disposta no mesmo artigo:

“§ 1º No caso da comercialização direta aos consumidores, por parte dos agricultores familiares, inseridos em processos próprios de organização e controle social, previamente cadastrados junto ao órgão fiscalizador, a certificação será facultativa, uma vez assegurada aos consumidores e ao órgão fiscalizador a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento.” (Brasil, 2003, art. 3º)

Segundo o censo do IBGE, de 2006, existiam 90.500 estabelecimentos orgânicos no Brasil, contudo destes 5100 se declaravam certificados, ou seja, menos de 6%. A estimativa levantada por algumas certificadoras é que já sejam 14.000 certificados, (IBD,2012; ANC, 2012, apud Figueiredo e Soares, 2012). Dessa forma, percebe-se que, apesar da importância apresentada das certificações, poucos produtores orgânicos buscam essa ferramenta para identificação e diferenciação dos seus produtos no Brasil, possivelmente em função de diferentes fatores como a recente regulamentação da lei e suas instruções normativas que descrevem as diferentes formas de certificação. Incluindo o processo único no mundo que é utilizado no Brasil classificado como certificação facultativa como descrito e que beneficia, sobretudo o agricultor familiar, pois é rápida e com menores custos.

### **1.1. Problema da pesquisa**

No Distrito Federal a EcoCert Brasil é a única certificadora que atua entre os

produtores organizados. A entrada desta certificadora no mercado do Distrito Federal se deu em parceria com o SEBRAE. O processo de escolha da certificadora foi iniciado em 14 de julho de 2011, por licitação, e a primeira certificação foi emitida em setembro do mesmo ano (EcoCert Brasil, 2012). Dessa forma, o produtor é responsável apenas por parte do valor cobrado pela certificação, ficando o SEBRAE responsável por uma parcela.

Os valores pagos para a EcoCert Brasil, ao ano, são aproximadamente R\$ 300,00, pagos pelo produtor e R\$ 700,00 pagos pelo SEBRAE. Isso quando se considera apenas uma categoria. Caso o produtor tenha na sua unidade de produção a produção vegetal, produção animal e processamento, os valores serão aumentados.

Ou seja, não há um levantamento oficial de produtos, produtores e mercado de comercialização dos produtores, além do que o processo de certificação de orgânicos no DF apresenta uma única organização certificadora, que é subsidiada, tendo o SEBRAE como fonte dos recursos transferidos. Para a possibilidade de criação de um mercado de certificações, surgem os questionamentos: Quais os problemas existentes no processo de certificações do Distrito Federal? E porque não surgem novos organismos de avaliação da conformidade? Como a caracterização dos produtores, suas atividades e forma de comercialização influenciam este processo?

## **1.2 Justificativa**

A demanda por produtos orgânicos é pautada em questões ligadas à saúde e meio ambiente. O consumidor apresenta-se preocupado com o meio ambiente, elevando a

demanda para produtos “quimicamente limpos”, aumentando a seleção pela origem dos produtos e o regionalismo com as compras locais. Preocupa-se ainda com as “pegadas do carbono” em cada produto, o que pressiona as empresas a dar respostas a essas expectativas crescentes dos consumidores (Sahota, apud Figueiredo e Soares, 2012).

O Governo Federal, na conferência das Nações Unidas – Rio + 20 – apresentou o Plano Nacional de Agroecologia, no qual estabeleceu metas até 2014, constando, entre elas, a ampliação de 2% para 15% de compras governamentais de produtos orgânicos e investimentos em assistência técnica e extensão rural.

Figueiredo e Soares (2012, p. 4) indicam a existência de uma “grande confusão mercadológica intencional e não intencional entre produtos orgânicos e outros produtos tais como: produto verde, produto agroecológico, produto caipira, produto colonial.” Há a necessidade de esclarecimento de que produto orgânico tem seus processos de produção, industrialização, armazenamento, transporte e comercialização regidos pela Lei 10831 (Brasil, 2003) e suas Instruções normativas. Observando que o selo de certificação é a forma de transmitir essa informação oferecendo garantias ao consumidor.

Diante desse cenário, analisar o processo de certificação no Distrito Federal torna-se importante para o desenvolvimento da produção de orgânicos na região, identificando possíveis dificuldades encontradas, na opinião dos produtores de orgânicos no Distrito Federal e Entorno.

## **2 – OBJETIVOS**

### **2.1- Objetivo Geral**

- Analisar o processo de certificação de produtos orgânicos no Distrito Federal.

### **2.1- Objetivos Específicos**

- Caracterizar e avaliar o produtor orgânico do Distrito Federal com suas principais atividades.

- Analisar as possíveis perspectivas e saídas para as principais barreiras à certificação, buscando respostas para alguns questionamentos, expressos da seguinte forma:

Quais os principais entraves para a evolução do processo de certificação de produtos orgânicos no Distrito Federal?

Há espaço para novos Organismos de Avaliação da Conformidade atuando no DF?



### **3 – REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1- Conceitos de Agricultura Orgânica**

O termo agricultura orgânica, em sua regulamentação técnica, engloba vários movimentos, como biodinâmico, natural, biológico, agroecológico e permacultura. O movimento ligado à agricultura orgânica, no Brasil, teve um impulso decisivo na década de 70, a partir de manifestações, com a denominação de agricultura alternativa. A Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil –FAEAB - organizou quatro grandes encontros – os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa – que reunia profissionais ligados à agricultura e estudantes. (FONSECA et al, 2009).

Pode-se entender que o produto orgânico está sendo produzido em agroecossistemas denominados orgânico, biodinâmico, natural, regenerativo, ecológico, biológico, agroecológico e da permacultura, etc.

A lei de Orgânicos, em seu artigo primeiro define sistema orgânico de produção agropecuária:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL 2003, art. 1º, p. 1)

A definição apresentada por Ormond *et al.*, em relatório destinado ao Banco Nacional de desenvolvimento (BNDES), também é colocada:

A agricultura orgânica é entendida como um conjunto de processos de produção agrícola que parte do pressuposto básico de que a fertilidade é função direta da matéria orgânica contida no solo. A ação de microorganismos presentes nos compostos biodegradáveis existentes ou colocados no solo possibilita o suprimento de elementos minerais e químicos necessários ao desenvolvimento dos vegetais cultivados. Complementarmente, a existência de uma abundante fauna microbiana diminui os desequilíbrios resultantes da intervenção humana na natureza e a alimentação adequada e ambiente saudável resultam em plantas mais vigorosas e mais resistentes a pragas e doenças. (BNDES, 2002, apud CASTRO NETO, 2010, p- 80-81).

A primeira regulamentação de orgânicos no Brasil foi em 1999, a partir da Instrução Normativa 007/99 do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA (BRASIL, 1999). Atualmente, em vigor existe a Lei 10.871, publicada em dezembro de 2003 e o seu Decreto 6.323, publicado em dezembro de 2007, além da Instrução Normativa 064/2008 e da Instrução Normativa 046/2011 do MAPA.

No mundo, apesar dos movimentos sociais ligados a proposta da agricultura orgânica surgirem no período do início da revolução industrial, a institucionalização da agricultura orgânica começou a partir da década de 70, com a formação da IFOAM – Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica. O primeiro país a fazer a regulamentação foi a França em 1978. Somente no início da década de 90, a União Europeia criou regulamentos técnicos para produção vegetal de orgânicos, e no final da década o *Codex Alimentarius*, estabeleceu diretrizes para a produção orgânica vegetal. A produção orgânica animal só foi regulamentada em 2001. (FONSECA et al, 2009).

O crescimento acentuado no volume de área orgânica certificada na Comunidade

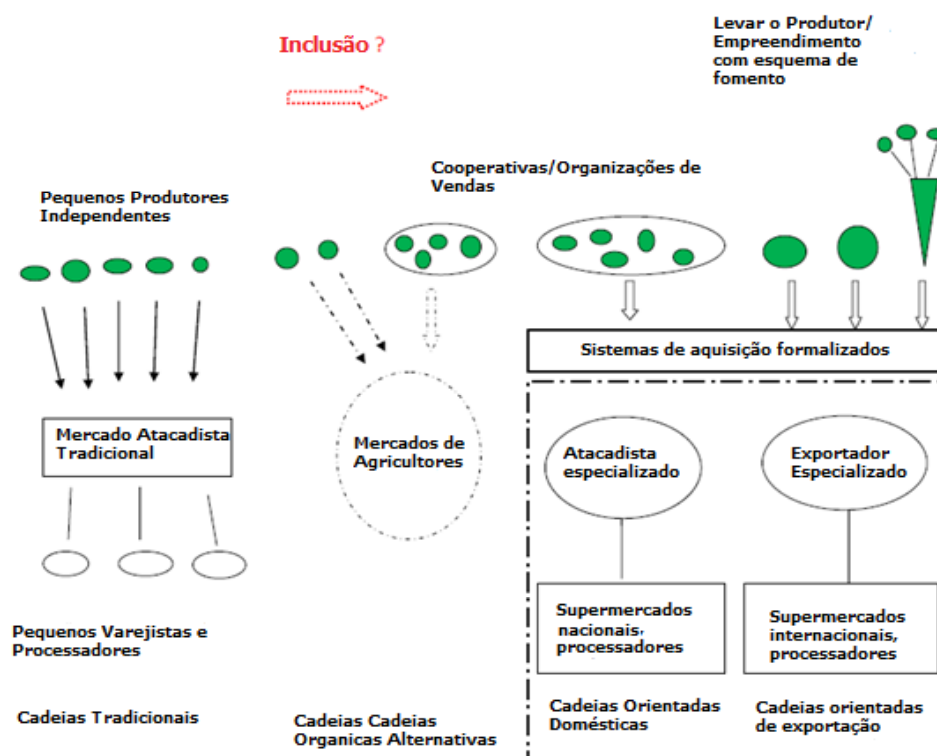
Européia a partir de 1991, de mais de 3 milhões de hectares até 2000, coincide com a implantação de sua regulamentação – EC 2092/91 – (WILLER; YUSSEFI, 2002 Apud BRASIL 2007b).

O crescente mercado de orgânicos no Brasil e no mundo, contudo encontra com alguns entraves para o seu desenvolvimento. Entre eles, BRASIL (2007b) cita:

Alguns entraves importantes ao crescimento do mercado de produtos orgânicos podem ser identificados. Podem ser citados: descontinuidade na oferta de orgânicos; demanda superior à oferta; prêmio no preço relativamente alto dos alimentos orgânicos; campanhas promocionais insuficientes de esclarecimento aos diferentes segmentos de mercado, acarretando em desinformação dos consumidores; falta de segurança sobre a qualidade do produto; elevados custos de conversão e de certificação; baixo número de empresas certificadas para processos de beneficiamento de produtos orgânicos; estrutura de crédito deficiente; estrutura de apoio governamental insuficiente; existência de diferentes selos de certificação que confundem os consumidores; pouca variedade e quantidade disponível de alimentos orgânicos; expansão limitada dos sistemas de produção; falta de tecnologias com enfoque agroecológico apropriadas aos diferentes agroecossistemas brasileiros; ausência de levantamento sistematizado de informações de mercado e a competição com as outras formas de agricultura agroecológica. (BRASIL 2007 b p 19.)

Kledal (2009, p. 2) apresenta um esquema com “Os quatro sistemas alimentares prevalentes nos países em desenvolvimento e seu modo de organização da cadeia agro-alimentar”.

**Figura 1:** Os quatro sistemas alimentares prevalentes nos países em desenvolvimento e o modo de organização das cadeias agro-alimentares.



Fonte: Kledal, 2009 (tradução nossa).

Kledal, (2009) apresenta neste esquema a chamada “alternative organic chains”, que raramente é encontrada em países pobres em desenvolvimento. Elas existe em países NIC – (Newly Industrialized Countries), como Brasil, Índia e China. Kledal, (2009) aponta algumas das principais dificuldades surgidas nestes sistemas modernos de aquisição de alimentos, como custos de transação diferenciados, tornando-se muito mais discriminatório para os pequenos proprietários entrar nas cadeias produtivas agro-alimentares organizadas.

Observando, que os pequenos produtores não tem produção individual para suprir necessidades do mercado, Kledal (2009), aponta a importância do intermediário para o desenvolvimento destas cadeias. Estes intermediários teriam que ligar os

produtores às cadeias, devendo, portanto possuir a capacidade de lidar com restrições internas e externas.

A importância da qualidade dos produtos, tanto do ponto de vista da segurança do alimento, como das certificações é ressaltada:

“Os padrões de qualidade, segurança e certificação, sempre mudando, são uma barreira à entrada, o que muitas vezes requer o apoio ao desenvolvimento em forma de capacitação, bem como apoio financeiro para que as empresas possam acessar a estes mercado. (Kledal 2009 – p. 6, tradução nossa).

Neste sentido, torna-se necessária a atuação de organismos que atuem como intermediários e facilitadores da comercialização, favorecendo a capacitação e repassando informações sobre qualidade, com objetivo de diminuir as barreiras à entrada de produtores.

No Distrito Federal, o Sindiorgânicos, a Associação de Agricultura Ecológica – AGE e a Cooperativa do Mercado Orgânico são algumas das entidades que atuam em benefício do mercado de orgânicos.

### **3.2 – Aspectos Socioeconômicos**

A IFOAM, é uma organização não-governamental sediada na Alemanha. Conta com 750 membros em 116 países. Criada em 1972 esta organização passou a publicar normatizações ligadas a produção orgânica. Dados de pesquisa realizados por esta organização apontam que, no mundo, 35 milhões de hectares de terras agrícolas estão sob uma gestão orgânica, observando que 31 milhões destes são áreas de colheita extrativa e apicultura.

Do total da área agrícola sob gestão orgânica, 12 milhões estão em países em desenvolvimento. Austrália (12 milhões de hectares), Argentina (4,4 milhões de hectares), EUA (1,95 milhões de hectares) China (1,85 milhões de hectares) e Brasil (1,77 milhões de hectares) são os países com maior área de agricultura orgânica no mundo (Figueiredo e Soares, 2012).

No Brasil, o censo de 2006 (IBGE 2006) apurou 90,5 mil estabelecimentos orgânicos no Brasil, mas apenas 6% (5100 estabelecimentos) se declaravam certificados. Estimativas feitas por várias certificadoras (IBD, 2012; ANC, 2012, apud Figueiredo e Soares, 2012) já apontam um número de 14 mil certificados em todo o país.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, (BRASIL, 2012) apresenta dados de que o Brasil teria – em 2011 – uma área de 1,5 milhão de hectares e 11,5 mil unidades de produção controladas, ligadas ao sistema produtivo de orgânicos, como fazendas e estabelecimentos de processamento.

Ainda de acordo com o MAPA, os estados que possuem as maiores áreas de orgânicos são Mato Grosso (622,8 mil hectares) e Pará (602,6 mil hectares)<sup>2</sup>. Já os estados que possuem a maior quantidade de unidades de produção controlada são Pará (3,3 mil unidades) –e Rio Grande do Sul (1,2 mil unidades). No Pará, os produtos orgânicos mais representativos são: Cacau, Castanha do Brasil, Dendê, Açaí, e no Rio Grande do Sul são: aves e ovos, erva mate, frutas, grãos mel e uva. No caso do DF, o estudo mostrou que os produtos mais representativos: café, frutas, laticínios e hortaliças.

Essas informações mostram que o Brasil, além de possuir um grande potencial agropecuário com crescimento considerável da produção orgânica, possui ainda um mercado consumidor interno crescente e capaz de absorver a produção de orgânicos no

---

<sup>2</sup> Ressalta-se que nestes estados destaca-se a pecuária extensiva e o extrativismo.

país.

O Distrito Federal também apresenta taxas de crescimento, assim como Brasil e mundo. Dados da Emater-DF<sup>3</sup>, referentes a 2012, apontam um crescimento no mercado de orgânicos do DF de 20% a.a. Contudo há potencial para que este crescimento seja ainda maior quando se observa que, o consumo de frutas e hortaliças orgânicas representa 1,5% do total de frutas e hortaliças consumidas no DF.

Quanto aos locais de compra de produtos orgânicos, no Distrito Federal, Vilela, et al (2006) apontam que os locais de compras mais utilizados são as feiras (42%), e as cestas entregues em domicílio (27%). Supermercados (7%) e Ceasa (14%) apresentam-se como locais de compras menores.

A área cultivada de orgânicos, nas 102 unidades de produção certificadas do Distrito Federal, é de 775 hectares – incluindo pastagens. Há ainda, de acordo com a Emater-DF, 118 unidades de produção em conversão<sup>4</sup>, ou tecnicamente preparadas para certificação.

Ainda, segundo a Coordenação de Agroecologia da Emater-DF, o número de pessoas que têm sua ocupação ligada à produção orgânica no DF é de 600 pessoas. A produção estimada de hortaliças e frutas é de 6.900 toneladas ao ano. Além das unidades de produção que estão em conversão, existem 1000 unidades de produção em transição agroecológica<sup>5</sup>.

Dados do Censo agropecuário (IBGE, 2006) mostram que no DF 4,07% dos estabelecimentos agropecuários declaram praticar agricultura orgânica. No Brasil este número é de 1,75%

---

<sup>3</sup> Dados da Coordenação de Agroecologia da Emater-DF - referentes a 2012.

<sup>4</sup> Unidades de Produção em conversão, de acordo com a legislação, são aquelas que cumprem integralmente as normas de produção orgânica logo após receber a primeira visita de inspeção de certificadora, organização de controle social ou de órgão fiscalizador – antes de concluir o processo.

<sup>5</sup> A coordenação de agroecologia da Emater considerou agricultor em transição agroecológica aquele que adota princípios, métodos e técnicas agroecológicas de produção, incluindo obrigatoriamente o aumento da biodiversidade produtiva e funcional, além de adotar programa de melhorias sócio-ambientais

Quanto à diversidade de produtos orgânicos produzidos, o Distrito Federal conta com a produção de hortaliças, frutas, grãos, produtos processados, produtos de origem animal, flores, entre outros.

A oferta de orgânicos no DF inclui ainda produtos que não são produzidos no DF e são trazidos de outros estados – ou países – pelas próprias associações, cooperativas ou supermercados.

A comercialização de produtos orgânicos também é realizada através de compras promovidas pelo governo direcionadas à agricultura familiar. Um instrumento de fortalecimento da comercialização, voltado para a agricultura familiar, é o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

As compras efetuadas do PAA em Kg, com a classificação dos produtos podem ser observadas na Tabela 2. Os principais produtos são os hortigranjeiros, seguido das frutas. Os produtos derivados de origem animal têm seus valores menores.



**Tabela 2: Compras de Orgânicos no Brasil, em Kg – PAA Conab. (2009 – 2012).**

CATEGORIA DO PRODUTO	2009	2010	2011	2012*
ALIMENTOS PROCESSADOS	414.191	318.666	414.439	222.880
BEBIDAS	25.049	112.385	93.559	6.481
CASTANHA	427	1.700	1.944	2.891
CARNES E DERIVADOS DE ORIGEM ANIMAL	785	N/inf.	4.078	336
FRUTA	381994	653.006	1.210.483	462.382
GRÃOS E OLEAGINOSAS	66.723	357.005	650.262	168.678
HORTIGRANJEIROS	1.484.114	2.788.481	2.695.140	650.302

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, 2013.

\*Dados até 31.08.12.

Criado pela Lei 10.696/2003, e regulamentado pelo Decreto 7.775/2012, o PAA é um prevê a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar dispensando licitação.

O Programa ainda foi dividido em algumas modalidades, a citar:

I – Compra da Agricultura Familiar com doação simultânea.

II – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar.

III – Compra Direta da Agricultura Familiar.

IV – Compras Institucionais.

A Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB – apresenta dados, referentes às compras de produtos orgânicos do PAA (A Tabela 3) com um quantitativo

separando por região do país.

A Região sul apresenta-se como a maior participante do país em todos os anos, seguida das regiões sudeste e nordeste.

**Tabela 3: Produtos Orgânicos comercializados por Região em Mil R\$ – PAA-CONAB. (2009-2012)**

REGIÃO/Ano	2009	2010	2011	2012 *
Centro-Oeste	75,90	43,48	371,87	129,73
Nordeste	779,35	1.317,58	1.046,47	1.424,82
Norte	166,50	1,08	0,00	33,39674
Sudeste	886,40	1.040,75	1.531,12	531,27
Sul	2.365,36	4.225,83	6.035,31	1.193,00
TOTAL	4.273,51	6.628,72	8.984,77	3.312,22

\* Considerando projetos pagos até 31.08.2012

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

O destino dado aos produtos oriundos da agricultura familiar pode ser a formação de estoques, a doação simultânea para programas sociais e pessoas em situação de insegurança alimentar e para o consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios - em quartéis, sistema prisional, por exemplo.

A diferenciação dos produtos orgânicos comercializados, por categoria, destes pode ser observado na Tabela 4 :

**Tabela 4: Produtos Orgânicos comercializados por categoria, em R\$ – PAA-CONAB. (2009 – 2012)**

Categoria por Ano	2009	2010	2011	2012*
Alimentos Processados	1.765.975,92	1.519.982,44	1.723.465,92	1.248.607,39
Bebida	104.926,60	527.500,87	503.349,75	41.403,45
Carnes e Derivados de Origem Animal	4.592,25	-	31.742,00	3.571,68
Castanha	1.801,50	6.498,20	10.900,60	11.594,45
Fruta	437.853,85	768.087,07	1.699.243,90	696.141,30
Grãos e Oleaginosas	153.238,52	622.812,16	1.177.326,36	211.654,25
Hortigranjeiros	1.805.089,26	3.183.838,09	3.838.743,31	1.099.252,25
TOTAL	4.273.477,90	6.628.718,83	8.984.771,84	3.312.224,77

\* Considerando valores projetos pagos até 31.08.2012.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Outro instrumento de estímulo à agricultura familiar é o programa denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. A Lei 11947 de 2009, que define as diretrizes para a implantação do mesmo, prevê a determinação de um mínimo de 30% do total de recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE aos estados, municípios ou Distrito Federal, nas compras de alimentos vindos da agricultura familiar e comunidades tradicionais.

Entre os critérios, priorizam-se as propostas de grupos de produtores localizados no município. Caso não tenha sido suprida a demanda, os gestores governamentais escolherão grupos da região, do território, do estado, e assim por diante. Busca, com isso, estimular a demanda local minimizando o deslocamento dos produtores.

Já o Distrito Federal, além de utilizar dos recursos federais, ainda possui legislação própria para compras governamentais, o Programa de Aquisição de Produtos

da Agricultura – PAPA DF. Os principais diferenciais desse programa, com relação aos programas federais, são quanto aos produtos que podem ser comercializados e ao valor máximo anual, por produtor. No PAPA-DF, as compras não estão restritas à produtos alimentícios, podendo ser comercializados outros produtos, como artesanato, por exemplo. O limite anual por produtor é de R\$ 120 mil, consideravelmente superior, aos limites permitidos junto ao PAA e PNAE.

### **3.3 – Conceitos de Qualidade ligados à Agricultura Orgânica**

Apresentar uma definição de qualidade é difícil quando se pretende atingir a maior quantidade de produtos e serviços possíveis. Contudo, pode-se entender qualidade como um ajustamento apontando para as necessidades do consumidor. O dicionário Michaelis define qualidade como “Atributo, condição natural, propriedade pela qual algo (ou alguém) se individualiza, distinguindo-se dos demais.”

Nesse sentido apresenta-se a ideia dada por Coustier e Marette (2009, p. 20) “O termo qualidade recobre, portanto, diversas noções, que variam segundo o tipo de produto ou serviço, os contextos sociais ou os períodos históricos.”. Fica clara essa característica flexível do que seja qualidade de um produto ou serviço, pois ela pode variar com o tempo ou com a sociedade. Juran (2004, p. 12) , corrobora com essa idéia ao escrever que “A conformidade relaciona-se, por sua natureza, a padrões e especificações estáticos, ao passo que a qualidade é um alvo móvel.”

A idéia de que a qualidade é um alvo móvel tem relação com a diferença entre uma modelagem estática – alvo fixo – e uma modelagem dinâmica – alvo móvel – na qual os objetivos estão se deslocando e modificando ao longo do tempo.

Há ainda uma variação com relação ao contexto social pode ser percebido sobre a forma como é consumido o café entre os turcos. O produto a se consumir, e a forma de preparo, dentro do que se considera qualidade entre os turcos, é bem diferente do que se consideraria dentro de padrões europeus, por exemplo. Em períodos históricos também ocorre a mudança do conceito de qualidade com relação ao tempo. Percebe-se, por exemplo, a crescente necessidade de se publicizar que um produto ou um serviço é ambientalmente, ou socialmente correto.

Dessa forma, percebe-se que o conceito de qualidade de determinado produto é construído dentro de padrões que são produzidos e estabelecidos por uma sociedade. De acordo com as “vontades” dessa sociedade. O caso específico do mercado de orgânicos se insere, desta forma, como sendo produtos que se aproximam de qualidade natural (mais próximo à noção de natural), além de ambientalmente corretos.

Em uma primeira análise, uma padronização, ou estipulação de níveis mínimos de qualidade (padrões microbiológicos e físico-químicos), diminui os custos de transação, o que estimula a produção e comercialização em larga escala. Mas a qualidade também pode representar a diferenciação do produto para uma empresa, favorecendo a segmentação de mercados e uma redução do número de concorrentes. Ou seja, dentro de uma visão de mercados, uma análise da qualidade dos produtos pode variar muito com as características de qualidade incorporadas naquele bem ou serviço e com a estratégia a ser adotada pelo produtor.

Juran (2004, p. 7) cita que:

“Satisfação do cliente é um resultado alcançado quando as características do produto correspondem às necessidades do cliente. Ela é, em geral, sinônima da satisfação com o produto. A satisfação com o produto é um estímulo à sua facilidade de venda. O maior impacto é sobre a participação de mercado e, portanto, à receita de vendas.” (Juran (2004, p. 7).

A qualidade como conceito geral apresentado nem sempre é a mesma para cada pessoa, ou mercado, tornando-se então, necessário observar que a qualidade a ser incorporada, no produto ou serviço prestado, tenha como resposta a satisfação do cliente. Dessa forma, surge um questionamento: Como será garantida a satisfação do consumidor quando se relaciona características intangíveis ligadas ao produto? Por exemplo, como garantir ao consumidor que determinado produto foi produzido de acordo com normas que garantem a responsabilidade social?

Entre as formas de responder aos questionamentos apontados cita-se a utilização de selos de qualidade, ou ainda a construção social de uma marca de produto. Esse procedimento permite transmitir a informação e garantir atributos específicos do produto ao consumidor.

Contudo, vale evidenciar duas vertentes de entendimento ligadas à qualidade. Uma diretamente relacionada ao padrão, evitar retrabalhos, tamanho, maturação, entre outras coisas, diretamente ligada a uma normatização e cumprimento destas. Outra vertente de entendimento é caracterizada pela qualidade do produto diferenciada mais relacionada a características intangíveis como sabor, responsabilidade social ou a maior ligação com a natureza.

A definição de qualidade orgânica é dada em BRASIL, (2007<sup>a</sup>, art °, XII) como sendo “qualidade que traz, vinculada a ela, os princípios da produção orgânica relacionados a questões sanitárias, ambientais e sociais”.

### **3.3.1 – Qualidade “Natural”.**

Ao informar que o produto é orgânico, a qualidade evidenciada no produto não está formalizada em padrões de tamanho ou a padrões com valores ligados a teor de

graus Brix, por exemplo. A informação atrelada a este tipo de qualidade trata de características ligadas ao modo de produção associado a natureza, por exemplo: a não utilização de insumos químicos; o controle de pragas e doenças nas plantas; manejo de populações de insetos, plantas, de toda a biodiversidade; e outros.

Neste sentido, os atributos de qualidade dos produtos orgânicos estão mais atrelados a um processo de produção que se aproxima do natural do que à características mensuráveis que podem ser observadas no produto final.

Há todo um movimento mundial<sup>6</sup> com ideais de preservação ambiental, reformulação do modo de produção, preservação da biodiversidade e não utilização de agrotóxicos. Esse movimento traz consigo um discurso que valoriza atributos ligados a um tipo de qualidade voltada ao natural. Ou seja, aponta para valorização de processos de produção que podem incluir a agricultura orgânica, entre outras que levam consigo atributos relacionados à qualidade natural. Soma-se a isso o apelo à saúde que tais produtos possuem – pela não utilização de agrotóxicos, por exemplo.

A certificação, no caso dos produtos orgânicos, é uma garantia de que um produto possui estes atributos – que são bem vistos, em determinados nichos de mercados. Ou seja, é a garantia de que os produtos apresentam uma qualidade intrínseca ligada ao processo de produção – as normas de produção de orgânicos.

### **3.3.2 – Aspectos Econômicos da Qualidade.**

A qualidade pode, então, ser valorada no mercado com relação aos seus atributos, sobre vários aspectos. A própria questão do consumidor se dispor a pagar mais

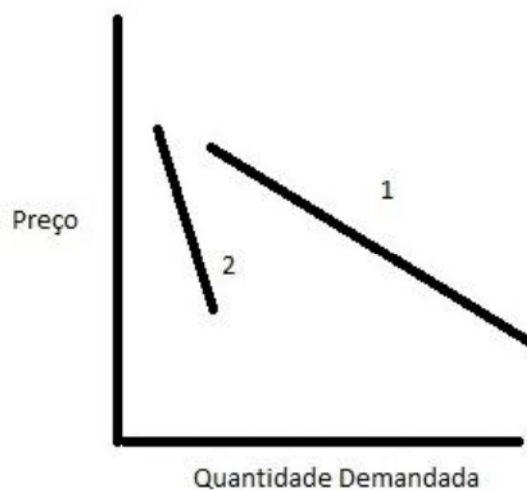
---

<sup>6</sup>Surgido desde a publicação de *Silent Spring*, em 1965, por Rachel Carson.

por um produto de qualidade, ou a segmentação de vários grupos de consumidores – e conseqüentemente produtores - de acordo com diferentes tipos de qualidade são exemplos. Mas para uma análise mais detalhada da qualidade, é preciso observar não só os benefícios que podem surgir, mas também os custos que implicam atributos de qualidade. A informação e a garantia, que como sabemos tem importância na diferenciação do produto, e a sua produção tem custos que devem ser avaliados.

A qualidade superior reconhecida colocará o produto em uma curva preço x demanda diferente e própria, ou seja, tem uma demanda própria. Em geral, uma firma busca com esse tipo de diferenciação um preço superior para o produto além de apresentar uma demanda mais inelástica em uma curva preço x quantidade. Veja a Figura 2 :

**Figura 2: Curvas de demanda, com aumento da qualidade.**



Fonte: Adaptada pelo Autor a partir de, Besanko et al, 2006.

Dessa forma, uma mesma variação de preço incorre em uma variação na quantidade demandada menor que a variação que ocorreria na curva anterior. Sabendo



que os atributos orgânicos vinculados ao produto determinam a qualidade, ele é um produto diferenciado, com curva de demanda específica.

Uma ideia formalizada nesse sentido é apresentada por Coustier e Marette (2009, p 44) quando afirmam que:

“O gestor define o custo da obtenção da qualidade como a diferença entre as despesas envolvidas no quadro de um processo de prevenção e de controle da qualidade e as despesas da não qualidade vinculadas ao recall dos produtos e à percepção da reputação.” (Coustier e Marette, 2009, p 44).

Infere-se a partir da explicação dada a seguinte equação:

#### **Equação 1 – Custo de obtenção da qualidade.**

$C = Dpc - Drp$  onde:

$C \rightarrow$  custo da obtenção da qualidade;

$Dpc \rightarrow$  Despesas de prevenção e controle; e

$Drp^7 \rightarrow$  Despesas de recall má percepção (reputação).

Fonte: Adaptado pelo Autor.

Cada empresa, ou cada caso, terá o seu custo diferenciado, de acordo com o seu processo e a sua necessidade de adequação. Importante ainda, na estratégia de ampliação de qualidade é fazer uma relação entre a receita e o custo marginal da

---

<sup>7</sup> As despesas de recall no mercado de orgânicos, podem ser relacionadas com as perdas de receitas de produtos rejeitados pelo consumidor em gôndolas. A reputação também é fator pondera a importância desta variável.

ampliação da qualidade. Ou seja, calcula-se o custo para se ampliar a qualidade de um produto ou serviço, por unidade de produção (custo marginal da qualidade). Depois calcula-se a receita marginal, ou seja, quanto a mais será pago por esse produto (unidade) com maior qualidade. Assim como na elaboração da estratégia empresarial da produção (qualidade) numa empresa, o ponto ideal para qualidade será quando o custo marginal de obter a qualidade se igualar à receita marginal da qualidade.

### **Equação 2 – Equilíbrio Custo Marginal X Receita Marginal.**

$CMQ = RMQ$ , onde:

$CMQ \rightarrow$  Representa o custo marginal devido à obtenção da qualidade (por unidade de produção); e

$RMQ \rightarrow$  Representa a receita marginal devido à qualidade (por unidade de produção)

Fonte: Adaptado pelo Autor.

Comparando os custos de produção de orgânicos com os custos de produção de convencionais se conclui que como característica do processo de produção orgânica, é comum ocorrer um aumento no custo.

Um produto caracterizado como especialidade, em geral, não terá grande produção a ponto de utilizar de forma mais eficiente possíveis economias de escala<sup>8</sup>.

### **3.3.3 – Assimetria de Informações**

Diante dessa variedade de possibilidades que a qualidade pode representar num

---

<sup>8</sup> Para entendimento maior do que seja economia de escala ver Besanko et al, 2006.

mercado, há outro fator de especial relevância, a informação e a garantia da qualidade. Entende-se que de nada adianta um produto ou um serviço possuir qualidades que não podem ser percebidas pelo consumidor. Dessa forma, então, existem algumas formas pelas quais o consumidor pode ter acesso à informação e garantia da qualidade que ele deseja. Besanko, et al,(2006) citam, por exemplo, que um consumidor pode inferir a qualidade de um produto pela relação de qualidade observada por outros consumidores sobre esse produto.

A qualidade ainda não pode ser verificada em um mercado no qual a informação não é perfeita. O estudo de Akerlof (1970), apud Coustier e Marette, 2009, analisando o mercado de carros usados nos E.U.A, percebeu que os produtos com uma qualidade mais elevada são eliminados do mercado, pois o consumidor não se dispunha a pagar um preço mais elevado por um produto que poderia não representar a qualidade que ele esperava. O consumidor sempre se propunha a pagar os menores preços pelos produtos devido aos riscos - gerados pela falta de informação e impossibilidade de garantir a qualidade - atrelados a possível escolha de um produto de menor qualidade. Da mesma forma, o fornecedor não se dispunha a vender seu produto de qualidade, pois o preço pago pelo consumidor não representaria a sua qualidade. Ou seja, dessa forma, ocorre uma seleção adversa no mercado com a predominância dos produtos de menor qualidade, diminuindo a quantidade de produtos comercializados.

Mas essa informação não é sem custos. Tomemos como exemplo a seguinte situação: um consumidor que desejasse, por exemplo, verificar a qualidade do carro que pretende comprar, possivelmente não teria capacidade para tal e dessa forma chamaria um mecânico, que analisaria alguns pontos indiretos e daria a informação sobre a qualidade do carro a esse consumidor. Ou seja, haveria nesse exemplo o custo dos serviços do mecânico e a probabilidade do mecânico não descobrir as possíveis falhas

de qualidade do carro, e assim errar na avaliação.

Da mesma forma, situações semelhantes podem ocorrer em várias cadeias produtivas, com a certificação de qualidade dada por um especialista. E existem também algumas exceções nas quais o consumidor pode perceber a qualidade a partir do dispêndio de outro consumidor, que ao contratar serviço especializado, disponibiliza informações a outros consumidores.

Ostrom, 2009, deixa claro que a confiança vai ser um fator essencial na construção da cooperação, e o papel da informação para construção desta confiança, complementando a necessidade de adoção de normas construídas pela comunidade, é apontado pela autora:

“Não é apenas que os indivíduos adotem normas, mas também que a estrutura da situação gere informações suficientes sobre o comportamento provável dos outros para ser recíproca a confiança que arcará sua parte dos custos de superação de um dilema.” (Ostrom, 2009, p. 432)

Coustier e Marette (2009, p. 66), citando Tellis e Wernerfelt, observam “a correlação positiva entre preço-qualidade aumenta quando o nível de informação aumenta”. Ou seja, a qualidade é favorecida em um mercado onde a informação pode ser transmitida para o consumidor.

O mercado dos atributos de qualidade é favorecido quando se tem disponível a informação sobre a qualidade desse produto. Ou ainda, quando se evita os custos para disseminação dessa informação, pois a falta de informação tende a diminuir a qualidade dos produtos em oferta.

### 3.3.4 – Confiança

Existe literatura tratando da gestão do risco, análise de pontos críticos de controle, entre outros processos que conseguem controlar significativamente os riscos de se encontrar problemas com os produtos inspecionados. Schiefer, (2003) afirma que chegar a um ponto de risco nulo é uma ilusão. Ou seja, por mais que se controlem todos os pontos não há como ter garantia total de que o produto chega de acordo com as especificações nas mãos do consumidor.

O autor argumenta que a forma como o consumidor entende o processo deve ser considerada, direcionando o modo como a informação deve ser transmitida. Por exemplo, se um consumidor entende determinado processo como sendo de risco zero, e encontra algum produto abaixo do padrão, este perderá a confiança no processo. Contudo se este consumidor entende o processo como minimizador de riscos e encontra um produto abaixo do padrão, poderá entender como uma falha – como em um processo de rastreabilidade, onde este terá como identificar o ponto no qual houve a falha. Ou seja é importante o consumidor saber quais os possíveis pontos de falha, por métodos estatísticos ou por um perito na área, para que possíveis falhas que sejam percebidas no processo não gerem descrença no consumidor.

Ainda segundo Schiefer, (2003) a confiança pode ser construída, por exemplo, pela experiência de empresas – maior tempo –, ou a partir de argumentos convincentes – mais rapidamente. Essa primeira forma sendo indiferente a erros, se o consumidor continuar acreditando não só no sistema, mas na estrutura de monitoramento e controle. Para reforçar esse argumento cita-se o exemplo da rastreabilidade, pela qual se pode detectar o local, possivelmente, o motivo do erro, fazendo com que se tome outro posicionamento e direcionamento que evite novos erros.

Nesse ponto, deve-se perceber a diferença entre a confiança na pessoa e a confiança na apropriação do processo. O primeiro baseia-se em um relacionamento entre pessoas, na experiência e na garantia pessoal de eficácia. O segundo baseia-se no sistema, em convencer o consumidor que o sistema de garantia de qualidade é progressivo e confiável.

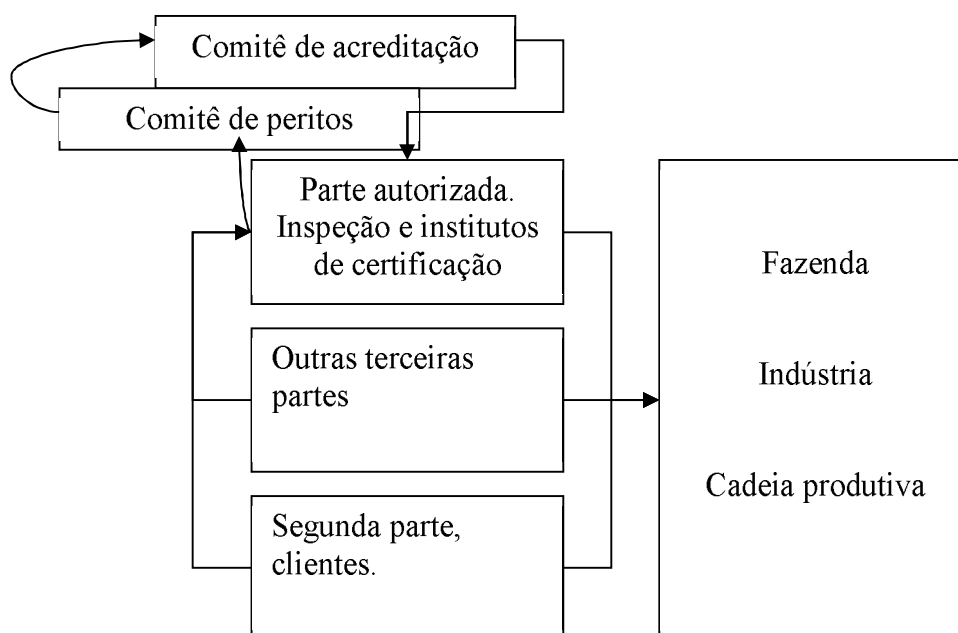
A certificação, então, deve entrar como uma garantia de cumprimento das normas e adequação do produto. A consequência disso é o estabelecimento da confiança entre os diversos atores que atuam no mercado: produtores, comerciantes, consumidores, etc.

### **3.4 – Avaliação da Conformidade e Certificações**

A certificação é uma forma usada para transmitir a informação e garantir a qualidade de algo. Nassar (2003, p. 30) afirma que “Em seu conceito amplo, a certificação é a definição de atributos de um produto, processo ou serviço e a garantia de que eles se enquadram em normas predefinidas.”. Ou seja, ao ver um selo de certificação o consumidor associaria alguns atributos presentes naquele produto, processo ou serviço que a certificação normatizou.

Meuwissen, et al (2003) definem certificação como uma avaliação e aprovação (voluntária) feita por uma parte (autorizada) sobre um padrão (aprovado). A certificadora relaciona-se com os padrões, pois, como há a necessidade de um padrão a ser usado, há também uma parte autorizada que realiza o procedimento de certificação. Adiante, a figura 3 apresenta de forma esquematizada o embasamento teórico do sistema de certificação.

**Figura 3 : O sistema de certificação**



Fonte: Meuwissen, et al (2003), adaptado.

A proposta é garantir um desempenho definido e passar essa informação à parte interessada, que pode ser o consumidor, governo, companhias de seguros e a sociedade como um todo, ou a própria empresa. A confiança deve ser respaldada pelo processo realizado para garantir o desempenho, e que este tende a diminuir as falhas, e não eliminá-las por completo, conforme pode ser visto na discussão sobre confiança, adiante.

As certificações diferem-se dos processos de garantia mínima<sup>9</sup>, pois são processos voluntários, que tendem a representar mais as características valorizadas pelos consumidores.

A certificação representa um processo que se dá como a criação de uma marca coletiva. Dessa forma, está em jogo a reputação coletiva, não mais de um só

---

<sup>9</sup> Os Processos de garantia mínima são os estabelecidos por padrões gerais, aos quais a aprovação não é voluntária, e sim obrigatória. Por Exemplo, cita-se o Selo de Inspeção Federal - SIF, para comercialização de produtos de origem animal entre estados.

indivíduo<sup>10</sup>. Todos aqueles fornecedores que apresentam um mesmo selo de certificação informam e garantem ao consumidor que os produtos têm os atributos esperados.

Quanto à origem da certificação, a Rede Ecovida de Agroecologia (2004), cita:

“Ao contrário do que muitos pensam de que a certificação teve origem por exigência do mercado ou por imposição governamental, ela teve início no princípio do século XX na França, onde pequenos produtores de vinho pretendiam diferenciar suas bebidas daquelas produzidas em maior escala através de processos industriais.” (Rede Ecovida de Agroecologia, 2004. p – 8)

A ideia é que o selo de certificação tenha capacidade de fornecer a informação e a garantia de qualidade ao consumidor. A informação será repassada com os atributos que o consumidor pretende encontrar para atingir a satisfação. Ainda, algumas características não podem ser percebidas, sentidas, ou tocadas, ou seja, são intangíveis, mas podem ser incorporadas aos produtos por meio da certificação. Como exemplo cita-se: condições de produção ética (do ponto de vista social e ambiental); aspectos ligados à regionalidade, ou tipicidade; entre outros.

Coustier e Marette (2009) mostram que, o processo de certificação realizado pelo setor privado seria menos custoso que um processo realizado pelo setor público. Isso porque o setor privado possui mais informações sobre o mercado e sobre o funcionamento da cadeia produtiva. Esta maior disponibilidade de informações, permite evoluir e se adequar as regras, mais rapidamente que em um processo governamental.

### **3.4.1 O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade**

No Brasil, cabe ainda colocar a existência do Sistema Brasileiro de Avaliação de

---

<sup>10</sup> Coustier e Marette (2009).



Conformidade Orgânica, instituído pelo Decreto 6.323/2007, “integrado por órgãos e entidades da administração pública federal e pelos organismos de avaliação da conformidade credenciados pelo MAPA.” (BRASIL 2007<sup>a</sup>, art. 29).

As certificadoras, de acordo com o Decreto, são tratadas como Organismos de Avaliação da Conformidade. A utilização do termo ‘conformidade’ indica uma diferença – em termos conceituais – de uma certificação. Com isso há uma diferenciação dos processos de certificação – por exemplo, ISO 14001, ou ISO 9001.

Este Sistema terá um selo único para todo o território nacional, contendo o sistema pelo qual teve sua acreditação (sistema participativo ou certificação por auditoria). A Figura 3 exemplifica a apresentação do selo citado.

**Figura 3: Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica.**



Fonte: <http://www.prefiraorganicos.com.br> (acesso em 09 de maio de 2012)

Uma organização para atuar como certificadora, tem a necessidade de credenciamento junto ao Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA e acreditação do Inmetro.

O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade –SBAC é integrado pelos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica – SPG e pela Certificação

por Auditoria.

A legislação define que um SPG será composto por seus membros e por um Organismo Participativo de Avaliação de Conformidade (OPAC), credenciado no MAPA. Um OPAC deverá possuir em sua estrutura, no mínimo, uma Comissão de Avaliação e um Conselho de Recursos. Deverá ainda ter personalidade jurídica própria e manter registros que garantam a rastreabilidade dos produtos.

O Decreto 6.323 de 27 de novembro de 2007 define um SPG:

“conjunto de atividades desenvolvidas em determinada estrutura organizativa, visando assegurar a garantia de que um produto, processo ou serviço atende a regulamentos ou normas específicas e que foi submetido a uma avaliação da conformidade de forma participativa” (Brasil, 2007, p. 2)

Os Membros do Sistema, em um Sistema Participativo de Garantia de Qualidade Orgânica, são divididos em: a) Fornecedores e b) Colaboradores.

- a) Os Fornecedores são os produtores, distribuidores, comercializadores, transportadores e armazenadores.
- b) Os Colaboradores são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações.

Dentre os membros do Sistema forma-se a Comissão de Avaliação e o Conselho de Recursos, tendo representantes dos Fornecedores na Comissão de Avaliação e representantes dos Colaboradores no Conselho de Recursos.

São realizadas as visitas de verificação da conformidade, pelas Comissões de Avaliação, e visitas de pares. A Comissão de Avaliação terá a responsabilidade sobre a decisão quanto à conformidade. O Conselho de Recursos irá tratar dos recursos e reclamações, documentando ações decorrentes.

A Certificação por Auditoria ocorrerá quando concessão ou a manutenção da certificação for precedida de auditoria, realizada por organismo de avaliação da conformidade credenciado junto ao MAPA, com a finalidade de avaliar a conformidade com as normas regulamentadas para a produção orgânica.

O princípio observado no caso da Certificação por Auditoria é a garantia expedida por organismo externo, independente e de credibilidade entre produtores comerciantes e consumidores. Ou seja, a certificadora é uma terceira parte que fornece a garantia de que os produtos obedecem às normas estabelecidas para produtos orgânicos.

A avaliação da conformidade com um conjunto de regras e procedimentos é feita por uma entidade certificadora. Dessa forma, a avaliação da conformidade orgânica, de um produto, processo ou serviço é feita com fins de certificação.

Existe previsão legal para o produtor realizar a entrega direta ao consumidor. Neste caso, o produtor deverá estar vinculado a uma Organização de Controle Social – OCS, cadastrada no MAPA, garantindo livre acesso aos fiscais.

A definição de OCS é apresentada no Decreto 6.323 de 27 de novembro de 2007:

“organização de controle social: grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade;” (BRASIL, 2007, p.1)

Contudo é importante mencionar que, a participação em uma OCS, não se trata, objetivamente, de uma certificação. Ou seja, apenas a participação em OCS não permite a utilização do selo vinculado ao Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade

Orgânica, nem outra forma de comercialização.

### **3.5 – Canais e Formas de comercialização**

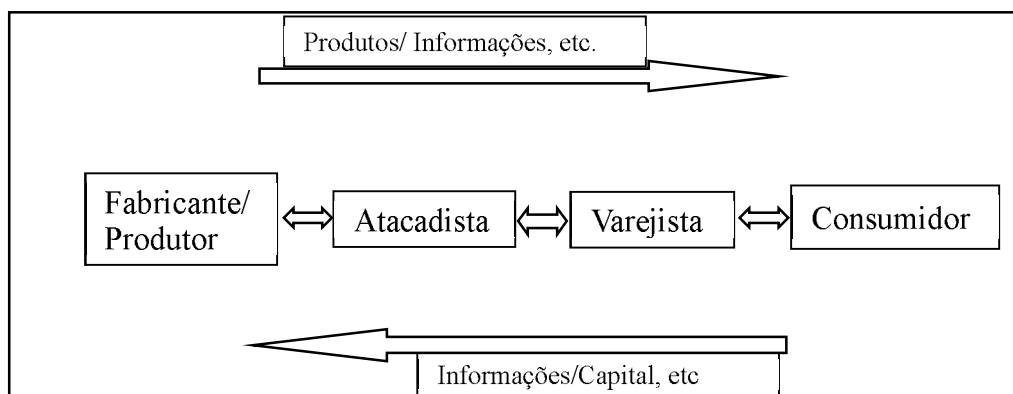
Uma definição dada por Bernan, 1996 (apud Neves 1999, p. 33) refere-se ao canal de comercialização como “Uma rede organizada de agências e instituições combinadas que desempenham as atividades mercadológicas necessárias para ligar produtores e usuários.” Os canais de comercialização têm seus caminhos percorridos repleto de relacionamentos. Mais ainda, o canal de comercialização é como um conjunto de relacionamentos de troca que criam um valor para consumidor final.

Um canal de comercialização é um conjunto de elementos, com suas funções específicas, relacionados, por onde o produto é destinado do produtor ao consumidor final. Nessa rede organizada existe, além do fluxo de produtos do produtor ao consumidor final, um fluxo contrário por onde passa, por exemplo, informações e o capital.

“um canal de distribuição típico compreenderia os seguintes membros do canal: o fabricante que produz o produto e o vende a um atacadista, o atacadista que o revende a um varejista e este que vende o produto ao consumidor final” (Teixeira et al, 2004, p 401)

A Figura 5 apresenta um esquema com a representação de um canal típico adaptado a partir de Teixeira et al 2004.

**Figura 5: Canal de Comercialização Típico**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Teixeira et al, 2004

Complementando a visão apresentada, ainda existem outros atores com determinados papéis dentro de canais de comercialização, citando, por exemplo, as empresas de certificação.

Os participantes (fabricantes, atacadistas e varejistas) têm o apoio dos chamados ‘facilitadores’ dos canais de distribuição que são empresas de pesquisas de mercado, de transporte, de seguros, de propagandas, depósitos, instituições financeiras, e consultores... Pode se adicionar aqui também as empresas de certificação de produtos, que ganham importância. (Neves, 1999, p. 33).

Uma das características desses “facilitadores” dos canais de comercialização é não possuir o direito de propriedade do produto. No caso da certificadora, o direito imputado a ela é de “atestar” a conformidade e propiciar o uso do selo. Neste sentido, o selo fornecido pela certificadora apresenta-se como garantia da diferenciação do produto.

Há necessidade de coordenação entre os agentes dessas transações para que esse canal funcione da melhor maneira possível. E essa coordenação deve relacionar duas

variáveis: a) relações entre atores; e b) capacidade organizativa desses atores.

- a) A primeira variável está ligada ao fato de que quando as relações entre atores, subjetivamente embasadas em confiança e em solidariedade, podem se formalizar em normas ou instituições, há uma expectativa de desenvolvimento e a continuidade dos relacionamentos e das transações, o que facilita a coordenação entre agentes participantes. Botelho e Valente (2006).
- b) A segunda variável está relacionada, por exemplo, com arranjo que será estabelecido por esses atores para a formatação do canal de comercialização, e conseqüentemente na tomada de decisões decorrentes da necessidade de coordenação do canal.

Um canal de comercialização tende a alterar seu arranjo, devido à obtenção de novas informações, minimizando comportamentos oportunistas e, conseqüentemente custos de transação. Reforçando ainda a importância do papel da informação e seus custos para obtenção da qualidade

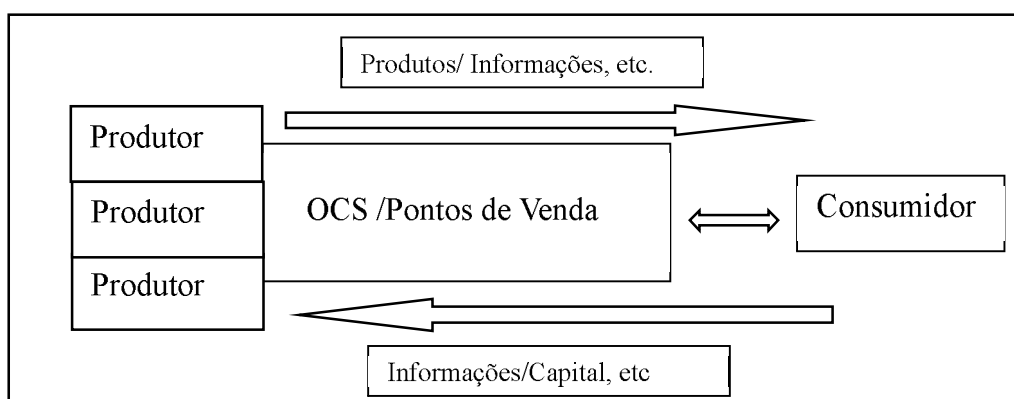
Observa-se ainda que os canais de comercialização construídos sobre relacionamentos entre atores de um grupo relativamente pequeno são mais facilmente monitorados entre eles, com possibilidade de punições a comportamentos oportunistas, exclusão do canal, o que tenderá a legitimar a ação coletiva com baixos custos de monitoramento e custos de transação relacionados a esse canal.

Ocorre uma tendência na agricultura orgânica, em geral, de utilizar das cadeias curtas. Neste sentido, busca-se evitar a participação de intermediários, prevalecendo a entrega direta ao consumidor<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> A legislação de orgânicos, atenta a esta característica, facilitou o processo para produtores que realizam a entrega direta, por meio da participação em Organizações de Controle Social.

**Figura 6: Entrega Direta ao Consumidor**



Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com Fonseca, 2009, em 2004, dos 611 canais de comercialização pesquisados pelo SEBRAE, os supermercados, e as lojas/distribuidoras, eram os mais procurados na região Sudeste. Já na região Sul os mais procurados eram as feiras seguida dos supermercados. Aponta ainda que, nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a comercialização de orgânicos era pequena em todos os canais, representando somente 6% dos canais de venda de produtos orgânicos.

Em 2008, a venda de alimentos isentos de agrotóxicos pelo Grupo Pão de Açúcar representava faturamento de R\$ 40 milhões, com expectativa de que ultrapassasse os R\$ 50 milhões até o final de 2009 (Kiss, 2009, apud Fonseca, 2009).

## 4. MÉTODO DA PESQUISA

### 4.1- Local e Caracterização dos Produtores

A pesquisa do foi realizada no Distrito Federal. A população do Distrito Federal, em 2010, de acordo com o IBGE era de 2.570.160 habitantes, em uma área de 5.779,999 quilômetros quadrados. As coordenadas centrais do DF são 15°47'S e 47°55'W.

O Distrito Federal está situado na região central do cerrado brasileiro, com predominância da paisagem cerrado *censo stricto*. Possui clima típico deste bioma e a precipitação pluviométrica está em torno de 1600 mm anuais, com um período de baixa pluviosidade entre junho e setembro. A Altitude varia entre 750 e 1.336 m.

O Censo Agropecuário do IBGE (2006) contabiliza um total de 3.946 unidades de produção rurais no Distrito Federal, e uma área de 284.047 hectares, sendo que destes, a maioria – 192.004 ha – é ocupada com lavouras. Ainda segundo o IBGE, o pessoal ocupado na área rural é 22.167 pessoas.

A Renda média da população do DF, segundo IBGE 2010 é R\$ 2.097,83, sendo que destes R\$ 2.133,84 é a média da população urbana e R\$ 932,01 da população rural.

O mapa do Distrito Federal com representação dos produtos agropecuários por região pode ser visualizado na Figura 7.



**Figura 7: Mapa da produção agropecuária do Distrito Federal**



Fonte: adaptado pelo autor.

#### **4.2 – Caracterização das Certificadoras Existentes**

Atualmente o Distrito Federal conta com a certificadora EcoCert Brasil, conforme mencionado anteriormente, que venceu processo licitatório junto ao SEBRAE.

A EcoCert Brasil, é uma entidade constituída em 2001, com sede inicial em Porto Alegre, mudando posteriormente sua sede para o estado de Santa Catarina. Esta certificadora surgiu com objetivo facilitar as transações comerciais em curso, atuando

no Brasil ligada à EcoCert<sup>12</sup>. (EcoCert Brasil).

### **4.3 – Instrumento de Pesquisa**

O presente estudo foi realizado no Distrito Federal abrangendo o mercado de produtos orgânicos desta Unidade da Federação. Realizou-se uma análise de documentos de várias categorias, em especial cita-se Leis, Decretos e Instruções Normativas.

Foi elaborado um questionário<sup>13</sup> – composto de 11 questões de múltipla escolha. Construído com base em escalas Likert elaborada com o objetivo de descrever o estado/opinião do processo de certificação dos produtores orgânicos no DF.

A partir destes questionários, foram coletados dados primários, por meio de questionários aplicados a 44 produtores. Destes, foram utilizados 40 questionários, sendo descartados 4 devido a erros de preenchimento.

Os dados foram coletados através de entrevistas com os produtores rurais e em reuniões ou eventos organizados em órgãos e entidades ligadas ao setor agrícola, como a Secretaria de Agricultura do DF, Emater e Conab.

Os contatos pessoais e reuniões realizadas com produtores ligados ao setor, extensionistas, fiscais, entre outros, forneceram elementos para construir um entendimento maior sobre o assunto.

O levantamento foi feito através de questionário e alcançou cerca de 40% dos

---

<sup>12</sup> Internacional, criada em 1991 na França.

<sup>13</sup> Ver Anexo A

produtores rurais que produzem em sistema orgânico e comercializam nesta Unidade da Federação com certificação<sup>14</sup>.

A estratégia foi aplicar o maior número de questionários a produtores rurais contando com acesso a informações do Sindiorgânicos, Emater, Cooperativa de Produtores Orgânicos, Associações de Produtores Agroecológicos e em feiras livres de produtos orgânicos. Eventos realizados durante a Semana de Orgânicos – de 26 de maio a 2 de junho – ajudaram na aplicação de questionários.

As questões buscam levantar opiniões e informações sobre várias esferas como: a produção; comercialização; dificuldades encontradas; participação da atividade na renda familiar; certificação; entre outros.

#### **4.4 – Construção de Indicadores**

Pesos diferenciados foram estabelecidos para cada alternativa proposta no questionário, de acordo com a importância de cada uma. Este peso diferenciado foi atribuído de acordo com a aproximação – ou distanciamento – de um padrão ideal. Ou seja, à resposta dada por cada produtor aplicou-se um peso, de acordo com a alternativa que ele marcou.

O Padrão ideal foi construído supondo quais respostas seriam mais desejadas, do ponto de vista do fortalecimento do mercado produtos orgânicos no DF. Desta forma, todas as alternativas do questionário tiveram um peso atribuído. Por exemplo, entre as alternativas: a) Certificado; b) Estou em processo; ou c) Não certificado. De acordo com o padrão ideal, a resposta ‘certificado’ teria um peso 10; a resposta ‘estou em processo’

---

<sup>14</sup> Considerou-se para esse cálculo apenas os produtores que possuem certificação.

teria peso 5 e; a resposta ‘Não certificado’ teria peso 1.

Dessa forma, o padrão ideal apresentaria respostas como: 1) possui certificação; 2) produz mais de 3 produtos em sua cesta de produtos; 3) tem sua renda predominantemente oriunda da atividade; 4) está disposto a pagar um valor maior que R\$400,00 pela certificação; e assim por diante.

Com objetivo de esclarecer a escolha dos pesos de cada alternativa e a justificativa para atribuir cada um deles é apresentado um detalhamento por questão:

- Questão 1, referente à certificação dos Produtos:

Peso atribuído: A primeira alternativa – produtor certificado – peso 10. Produtores que se encontram em processo de certificação –segunda alternativa - peso intermediário – 5. Os produtores que responderam não possuir certificação receberam peso 1.

Justificativa: Considera-se que para se aproximar do padrão ideal, uma resposta a qual o produtor afirma ter certificação dos seus produtos deve ter maior valor do que uma resposta na qual o produtor afirma não possuir certificação.

- Questão 2, referente à variedade de produtos ofertados.

Pesos atribuídos: O estudo considerou maior valor para respostas de produtores que ofertam uma maior variedade de produtos. Mais de três categoria de produtos – 10 – até 3 categorias – peso 5. Somente uma categoria de produtos – peso 1.

Justificativa: Entre outros argumentos que podem ser levantados para justificar tal escolha, considera-se que um produtor com maior quantidade de produtos produzidos está menos exposto ao risco da variação de preços.

- Questão 3, referente ao tamanho da unidade de produção:

Pesos Atribuídos: O estudo coloca maior pontuação para as respostas direcionadas a produtores com unidades de produção maiores que 50 hectares – Peso

10. Produtores com áreas entre 10 e 50 hectares – peso 5. Produtores com áreas menores que 10 hectares – Peso 1.

Justificativa: Considera-se que produtores com maior área, teoricamente poderiam ter maior produção, melhor atuação no mercado, entre outros.

- Questão 4, referente ao mercado acessado pelos produtores de orgânicos no DF:

Pesos Atribuídos: Considerou-se a resposta de maior valor aquela que o produtor acessa mais mercados. Ou seja, feiras, supermercados, Mercado Orgânico – Ceasa, entre outros.

Justificativa: Considera-se que um produtor que tenha participação em um maior número de mercados diferentes, possivelmente terá vantagens.

- Questão 5, referente à escala de produção.

Pesos Atribuídos: Foi considerada de maior peso a alternativa referente a escala de produção alta – Peso 10. Alternativa indicativa de escala de produção baixa teve o peso 1 atribuído.

Justificativa: Considera-se que o mercado de orgânicos terá maior oferta de produtos com uma escala maior de produção.

- Questão 6, referente à regularidade na comercialização dos produtos.

Pesos Atribuídos: A alternativa de maior peso – 10 foi atribuída à alternativa que expressa regularidade constante na comercialização. O menor peso – peso 1 – foi atribuído a alternativa que expressa comercialização esporádica.

Justificativa: Considera-se importante a regularidade na comercialização dos produtos, pois, entre outros fatores, a maior disponibilidade de produtos favorece a assiduidade do consumidor.

-Questão 7, referente ao tipo de acreditação:

Pesos atribuídos: O maior peso – peso 10 – foi atribuído a duas alternativas que expressam certificação – certificação por auditoria e certificação participativa.

Justificativa: A certificação favorece a entrada dos produtos em diferentes mercados

- Questão 8, referente à disposição a pagar por uma certificação(acreditação) de orgânicos:

Pesos atribuídos: O peso 10 foi atribuído aos valores acima de R\$ 400,00. Os menores valores - abaixo de R\$ 100,00 tiveram o menor peso.

Justificativa: Considera-se que a maior disposição a pagar pode estar atrelada ao maior retorno pela caracterização do produto orgânico.

- Questão 9, referente ao estágio que o produtor encontra-se para atender a legislação de orgânicos:

Pesos Atribuídos: A alternativa que afirma atender à legislação foi considerada a de maior peso – peso 10.

Justificativa: Considera-se que o produtor terá maior facilidade em atender normas impostas pelos Organismos de Avaliação da Conformidade caso atenda a legislação.

- Questão 10, referente às dificuldades de se alcançar a certificação:

Pesos atribuídos: O maior peso foi atribuído à alternativa que expressa não ter dificuldades.

Justificativa: A entrada de novos produtores no mercado de orgânicos pode ser facilitada, caso as dificuldades de se atender às normas de certificação sejam menores.

- Questão 11, referente à participação da atividade com orgânicos na renda familiar.

Peso atribuído: O maior peso – peso 10 – foi atribuído à alternativa que expressa

100% da renda familiar oriunda da atividade orgânica. E o menor peso – peso 1 – a alternativa que expressa baixa participação da atividade na renda familiar.

Justificativa: Considera-se que, possivelmente, o produtor terá maior dedicação à atividade caso seja sua principal fonte de renda.

O resumo destas informações com os pesos estabelecidos para as alternativas é apresentado na tabela 6:

**Tabela 6: Pesos Atribuídos às Alternativas**

Questão	Peso 10	Peso 5	Peso 1
Produtos certificados	Primeira Alternativa	Terceira Alternativa	Segunda Alternativa
Variabilidade de Produtos	Mais de 3 opções	Até 3 opções	Somente Uma Opção
Área da unidade de produção	Terceira Alternativa	Segunda Alternativa	Primeira Alternativa
Mercado Acessado	Mas de Duas Opções	Duas Opções	Somente uma Opção
Escala de Produção	Terceira Alternativa	Segunda Alternativa	Primeira Alternativa
Regularidade na Comercialização	Primeira Alternativa	Segunda Alternativa	Terceira Alternativa
Disponibilidade a Pagar	Primeira ou Segunda Alternativa	Terceira Alternativa	Quarta Alternativa
Estágio de Transição	Terceira Alternativa	Segunda Alternativa	Primeira Alternativa
Tipo de Certificação	Terceira Alternativa	Segunda Alternativa	Primeira Alternativa
Principais Dificuldades	Quarta Alternativa	Uma Marcação	Duas ou Três Marcações
Participação na Renda	Primeira Alternativa	Segunda Alternativa	Terceira Alternativa

Fonte: adaptado pelo autor.

Cada questão, ainda foi ponderada de acordo com um critério de importância

para o mercado de orgânicos. Estabelecidos pesos diferenciados por questões.

O critério utilizado foi considerar que alguns pontos podem ser mais importantes para o desenvolvimento do mercado de orgânicos do que outros. Por exemplo, as perguntas referentes à certificação do produtor – se possui, está em processo, ou não possui – foram consideradas mais importantes do que, ‘Qual a área da Unidade de Produção?’.

As questões referentes à certificação dos produtores, mercado acessado por este, escala de produção e participação da atividade na renda familiar tiveram nota 100.

As questões referentes à regularidade na comercialização, o tipo de certificação, a disponibilidade a pagar e as principais dificuldades enfrentadas foram colocadas com nota 75.

A nota 50 foi dada às questões referentes à quantidade de produtos ofertados, tamanho da unidade de produção e estágio de transição.

Dessa forma, definimos as questões com as seguintes notas:

**Tabela 7: Notas Atribuídas às questões**

Questão	Nota
Produtos certificados	100
Variedade de Produtos	50
Área da unidade de produção	50
Mercado Acessado	100
Escala de Produção	100
Regularidade na Comercialização	75
Disponibilidade a Pagar	75
Estágio de Transição	75
Tipo de Certificação	50
Principais Dificuldades	75



---

Fonte: adaptado pelo autor.

Utilizando estes dados, construímos um gráfico radar, que apresenta: a) uma curva com o que se consideraria o padrão ideal; b) uma curva com o padrão mínimo; e c) uma curva com os resultados obtidos a partir da aplicação do questionário.

Para isso usamos as seguintes fórmulas:

- I) Curva de Padrão Ideal – alternativa de peso máximo<sup>15</sup> (10) X Peso estabelecido para a questão<sup>16</sup>.
- II) Curva de Padrão Mínimo – Alternativa de Peso mínimo (1) X Peso estabelecido para a questão.
- III) Curva DF Atual – Resultado dos questionários aplicados para o DF X Peso Estabelecido para a questão.

Os resultados obtidos estão no Gráfico 10, na página 67, deste trabalho.

---

<sup>15</sup> Em acordo com a tabela 6 que apresenta o peso de cada alternativa.

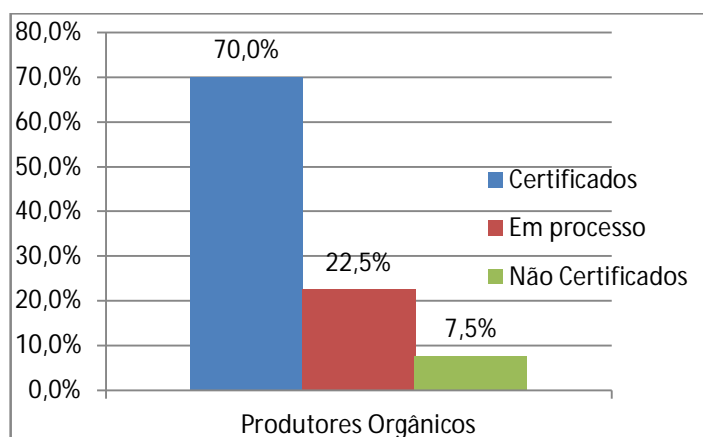
<sup>16</sup> Em acordo com a tabela 7 que apresenta a nota de cada questão.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados mostram que 70% dos produtores de orgânicos no Distrito Federal possuem certificação. Este valor aproximou-se em 82% do padrão ideal estabelecido. Mesmo tendo encontrado apenas uma certificadora atuando no DF. Esta situação pode ter sofrido uma influencia positiva devida interferência do SEBRAE, já que os produtores estão pagando apenas 30% do preço cobrado pela EcoCert Brasil.

O perfil dos produtores de orgânicos no DF, quanto à certificação pode ser observado na Figura 8.

**Figura 8: Certificação entre Produtores Orgânicos.**



Fonte: Dados coletados pelo autor.

Entre os produtores ligados à ABIO<sup>17</sup>, no Rio de Janeiro, no final de 2008 haviam 74% de certificados. (Fonseca, 2009). Como visto, são percentuais próximos aos encontrados para o Distrito Federal. Cabe ressaltar que o universo pesquisado em

<sup>17</sup> Associação de Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro – Criada em 1985, por técnicos e produtores de orgânicos objetivando facilitar a comercialização.

ambas as pesquisas foi semelhante, pois se referem a produtores que já comercializam seus produtos como orgânicos.

Fazendo essa comparação com relação aos dados do Censo Agropecuário, em 2006 (IBGE, 2006) eram 90.497 produtores orgânicos, sendo que somente 5.106 seriam certificados - ou seja, 5,64% dos produtores de orgânicos.

Outra forma de garantia prevista na legislação e utilizada no DF é a formação das Organizações de Controle Social – OCSs. Não se trata objetivamente de uma certificação, mas é uma forma pela qual o produtor tem a possibilidade de fornecer diretamente para o consumidor. Ou seja, mesmo não permitindo a utilização do Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica-SBACO, permite ao produtor participar de uma cadeia curta.

O Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponível no site do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento, aponta atualmente produtores ligados a três grupos de OCS, a citar:

I – Grupo Vida e Preservação

II – Grupo Agrofloresta

III – Associação de Agricultura Ecológica – AGE.

Em processo final de credenciamento, há a OPAC Cerrados. Trata-se de um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica, criado em cooperação com o Sindiorgânico – DF, que tem por objetivo realizar certificações com um menor custo do que a certificação por auditoria.

Além disso, a formação da OPAC Cerrados busca trazer benefícios por meio de externalidades positivas geradas pela participação dos produtores orgânicos no

processo, por exemplo, o aumento de capitais intangíveis, a melhor transferência de tecnologias entre produtores entre outras. Tem como benefícios a maior interação entre produtores inerente ao processo de certificação participativa

Já foram formados núcleos de produtores por região que realizaram visitas acompanhadas por representantes do Ministério de Agricultura para avaliação do processo. Atualmente o organismo está em processo final de formação do pessoal de sua Comissão de Avaliação e Conselho de Recursos.

A partir do levantamento feito junto aos produtores orgânicos do Distrito Federal, os dados foram organizados separando os produtores de acordo os produtos, identificando quais destes possuem certificação, estão em processo ou não possuem certificação. (tabela 8)

Observamos que a maior parte dos produtores analisados, que comercializam no Distrito Federal, possuem uma certificação, que no caso foi da EcoCert Brasil, já que esta é a única certificadora que está emitindo certificados até o momento.

As hortaliças e as frutas são os grupos de produtos mais produzidos dentro das unidades produtivas, tendo um total de 75% e 77% das unidades de produção entrevistadas, respectivamente. Os dados da tabela 8, ainda reforçam esse argumento.

O estado do Paraná, em 2007, apresentava como principal cultura o grupo de hortaliças, com mais de um quarto dos produtores de orgânicos trabalhando.

“Segundo os dados da SEAB/PR e do Instituto EMATER, o Paraná tem aproximadamente 4 mil produtores envolvidos na produção orgânica. Mais de um quarto dos produtores, cerca de 1.200, tem como principal cultura o grupo das hortaliças” (Paraná 2007, p. 83)

Essa informação mostra a tendência dos produtores em fornecer produtos que têm maiores valores de comercialização, obtendo maiores rendimentos como pode ser

percebido nas duas Unidades Federativas, contudo os percentuais do Distrito Federal são três vezes maiores neste sentido.

A produção de hortaliças e frutas ainda é favorecida devido ao fato do Distrito Federal possuir uma área restrita, (5.779,999 quilômetros quadrados) que facilita a logística destes produtos e o transporte em pequenas distâncias. Isso porque a comercialização destes produtos exige uma logística diferenciada, ou que a produção esteja próxima do consumidor.

**TABELA 8: Estabelecimentos do Distrito Federal Produtores de Orgânicos Segundo a Linha de Produto - 2013.**

	Unidades Produtivas			Total
	Certificados	Em Processo	Não Certificados	
Hortaliças	22	8		30
Café	4	3		7
Frutas	23	8	1	31
Grãos	8			8
Cogumelo	1			1
Bovino de corte				0
Laticínios	2			2
Frango	4	2		6
Ovos	6	3		9
Produtos Processados	4	2		6
Outros	2	2		4
Total	75	28	1	102

Fonte: Dados coletados pelo autor.

As respostas que mais se aproximaram do padrão ideal foram quanto à questão relativa ao estágio em que a unidade de produção se encontra – se as unidades de produção atendem à legislação. O estudo mostra que mesmo produtores que não são certificados afirmaram atender às normas para certificação.

Outra questão que obteve grande aproximação do padrão ideal foi quanto ao tipo de certificação – uma aproximação de mais de 90% do padrão ideal. Os valores máximos – padrão ideal – foram atribuídos a produtores que possuem certificação por auditoria ou certificação participativa.

O acesso ao mercado foi um dos pontos que apresentou valor baixo. Isso aponta um perfil de produtores no DF no qual grande parte deles comercializavam seus produtos em apenas um mercado (feira; supermercado; mercado orgânico, outros).

Quanto à escala de produção, a maioria dos produtores alegou que sua escala de produção era baixa. Importante considerar que o critério para resposta dessa questão não foi estabelecido pelo entrevistador, de modo que a resposta dada foi de acordo com a opinião pessoal do produtor.

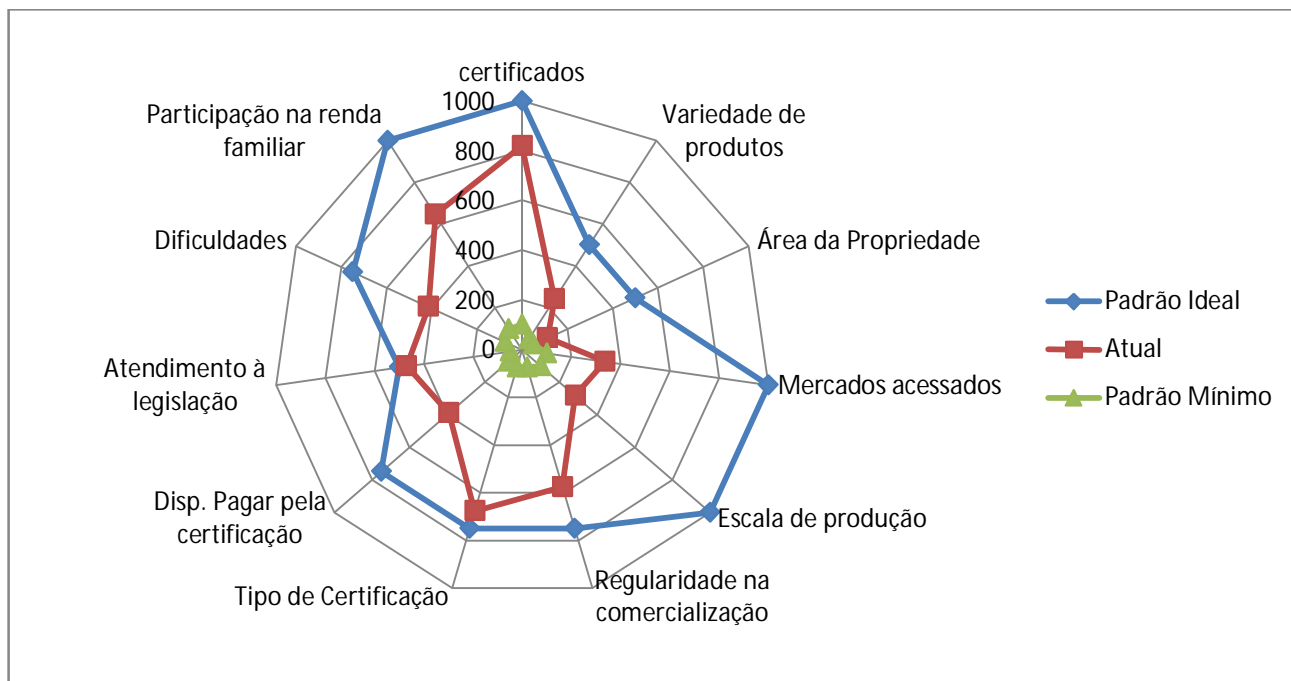
Os indicadores relacionados formaram o Gráfico 1<sup>18</sup>, que mostra uma perspectiva visual da situação do DF, comparando com o Padrão Ideal (máximo) e o Padrão Mínimo.

Parâmetros são colocados nos vértices do gráfico radar, de acordo com as questões aplicadas. Dessa forma, cada vértice tem a representação de três pontos: I – O Padrão mínimo; II – Situação atual do DF e; III – Padrão Ideal.

---

<sup>18</sup> O Anexo C deste trabalho sintetiza os mesmos dados em tabela.

**Figura 9: Gráfico Comparativo do DF.**



Fonte: Dados coletados pelo autor.

Os valores que mais se aproximaram do padrão ideal foram referentes às perguntas: 1) Os produtos possuem certificação de orgânicos; 2) Regularidade na Comercialização; 3) Qual o seu tipo de certificação e; 4) Qual estágio de transição.

Os valores que mais se distanciaram do padrão ideal foram referentes às perguntas: 1) Nível de produção/Escala; 2) Onde entrega seus produtos.

A tabela 9 apresenta os valores percentuais alcançados fazendo uma separação entre três grupos<sup>19</sup>:

- Grupo 1: Produtores com área menor que 10 hectares.
- Grupo 2: Produtores com área maior ou igual a 10 hectares e menor que 50 hectares.
- Grupo 3: Produtores com áreas maior ou igual a 50 hectares.

<sup>19</sup> Tabela completa pode ser observada no Anexo D

Acrescenta-se ainda o percentual de aproximação de cada grupo ao Padrão Ideal.

**TABELA 9: AVALIAÇÃO POR ÁREA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO**

	Padrão	% Grupo 1	% Grupo 2	% Grupo 3
Produtos certificados	1000	81	81	100
Cesta	500	42	70	55
Mercado	1000	32	30	55
Escala	1000	26	25	75
Regularidade	750	78	77	55
Tipo de Acreditação	750	90	87	100
Disponibilidade	750	52,	50	100
Estágio	500	92	100	100
Dificuldades	750	62	37	30
Participação	1000	64	71	55

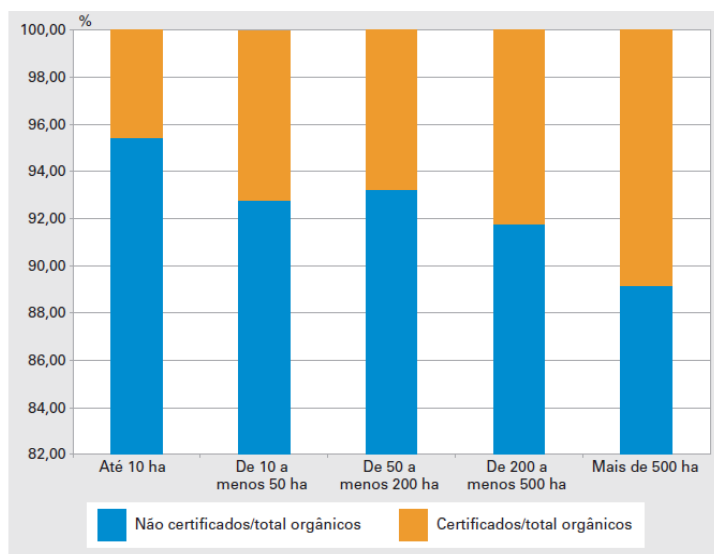
Fonte: Dados coletados pelo autor.

A média de aproximação encontrada foi 72,5% para o grupo 3 – o grupo que mais se aproximou – 63% para o grupo 2, e 61,9% para o grupo 1.

Todos os produtores entrevistados do grupo 3 declararam ter certificação. O grupo 2 teve 62,5% dos produtores com certificação. O grupo 1 teve 70% dos produtores certificados. Estes dados, quando comparados com os dados apresentados na Figura 10 demonstram que, em todos os grupos, o Distrito Federal tem maior representatividade de produtores certificados.



**Figura 10: Produtores Certificados e Não Certificados, por área - 2006.**



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.]

Deve-se considerar que o Grupo 3 foi o grupo que possuiu menor número de representantes na pesquisa realizada. Todos os produtores têm certificação e afirmam atender aos requisitos da legislação. O ponto em que este grupo mais se distanciou do padrão ideal foi com relação a pergunta ‘quais as principais dificuldades’ – 30% do Padrão Ideal.

Quanto às características que podem ser observadas no grupo 2, o estudo mostra que este foi o grupo que mais se aproximou do padrão ideal no que tange à participação da atividade de produção orgânica na renda familiar (71,25%). Este grupo também apresentou maiores valores com relação à variedade de produtos produzidos – cesta – chegando a 70% do padrão ideal.

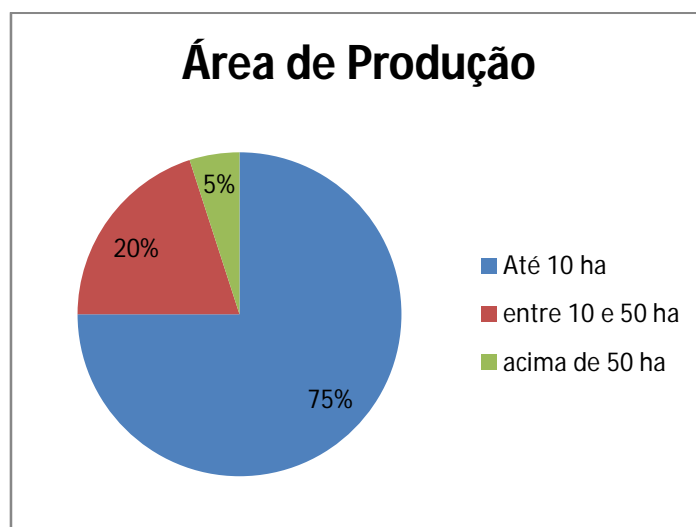
Com relação à disponibilidade a pagar por uma certificação, o grupo 2 foi o mais distante do padrão ideal – 25 % do padrão ideal. Além de apresentar menores valores quanto a participação em mercados e escala.

O maior número de produtores pesquisados foi do grupo 1. Este grupo

apresentou maior regularidade na comercialização - 78% de aproximação do padrão ideal - e menor dificuldade para produzir orgânicos - 61,67% de aproximação do padrão ideal. Entretanto o Grupo 1 foi o que mais se distanciou do padrão ideal com relação à variedade de produtos produzidos – cesta – apenas 42%.

Os resultados obtidos ainda apontam que, no Distrito Federal, a maior parte dos produtores entrevistados possui uma área de produção menor ou igual a 10 hectares. Apenas 5% dos entrevistados possuem uma área maior que 50 hectares, conforme pode ser observado na Figura 11.

**Figura 11: Área das Unidades de Produção Orgânica no DF**



Fonte: Dados coletados pelo autor.

O perfil dos produtores de orgânicos no estado do Paraná foi usado para fins de comparação: “a maioria dos estabelecimentos é formada por agricultores familiares que cultivam orgânicos em unidades de produção cuja área média não ultrapassa três hectares.” (Paraná 2007, p. 83).

Utilizando-se de dados do Censo Agropecuário de 2006, (IBGE, 2006), tanto o Distrito Federal quanto o Brasil apresentam uma média de pouco mais de 63 hectares por estabelecimento agropecuário. O Paraná – tomado como exemplo na comparação – tem uma média pouco acima de 41 hectares.

Evidencia-se certa semelhança entre os dados apresentados neste trabalho, indicando que as áreas de produção de orgânicos tendem a ser menores que a média geral. O SEBRAE aponta como uma característica:

“O mercado para produtos orgânicos, caracteriza-se por possuir um grande número de pequenos e médios produtores, sendo que normalmente os grandes se capacitam para atividades ligadas à exportação.” (SEBRAE, 2010, p. 6)

Possivelmente este perfil de produtores orgânicos seja devido a características singulares ao processo de produção e a rentabilidade por hectare<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> O Trabalho ainda apresenta alguns dados sobre a renda bruta por hectare no Distrito Federal.

## 6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando que há uma transação feita entre SEBRAE e a EcoCert Brasil, que pode ter continuidade futura ou não. Em algum momento, findo o contrato entre ambos, os produtores podem ter que arcar com o custo total da certificação de qualidade feita pela EcoCert, ou por outro organismo certificador.

Caso outras organizações atuassem no DF para responder às necessidades dos produtores, possivelmente não haveria necessidade da interferência do SEBRAE a fim de facilitar a certificação. O subsídio não seria necessário, ou mesmo, apenas temporário.

Neste sentido, a ação do SEBRAE no mercado de orgânicos do DF gera uma interferência que pode ser em, pelo menos dois pontos, a citar: a) Facilitando a certificação por parte dos produtores, permitindo que um maior número de unidades produtivas possa ter certificação e ; b) Dificultando a entrada de outras certificadoras, pois outra certificadora, para entrar no mercado do DF teria que realizar suas certificações cobrando um valor aproximado do valor pago pelos produtores no DF – que é 30% do preço cobrado pela EcoCert Brasil.

O Contrato nº 71/2011 – entre SEBRAE-DF e EcoCert Brasil, já encontra-se no seu segundo Termo Aditivo, com vigência até 21/07/2014. A partir deste prazo, pode ou não ocorrer outro Termo Aditivo estendendo o prazo.

Caso não ocorra a extensão do prazo, certamente muitos produtores não pagarão o valor integral da certificação pela EcoCert-Brasil e demandarão o serviço de acreditação a um custo menor.

A título de comparação, em 2006 São Paulo contava com, pelo menos seis

certificadoras atuando no estado.

“Grande parte das certificadoras nacionais, nas quais a investigação do estudo foi realizado com maior intensidade, está concentrada no estado de São Paulo; são elas: IBD - Instituto Biodinâmico, AAO – Associação de Agricultura Orgânica, MOA - Fundação Mokiti Okada, APAN – Certificadora (SP) e ANC - Associação de Agricultura Natural de Campinas e região.” (Graziano, et al, 2006, p. 14)

Esta parceria entre a EcoCert-Brasil e o SEBRAE, neste momento é favorável, contudo, se houvessem outras certificadoras, mesmo sendo a OPAC, o produtor poderia ter opções, de modo que as exigências podem se ajustar melhor às condições do DF.

Quando se compara a tabela 1 - Estabelecimentos produtores segundo a linha de produto – 2005 (SEBRAE, 2005), apresentada no capítulo da introdução, com a tabela 8 – Estabelecimentos do Distrito Federal produtores de orgânicos segundo a linha de produto – 2013, pode-se traçar um comparativo temporal.

Desta forma, verificamos um crescimento considerável de produtores certificados de frutas – de apenas 7 produtores certificados em 2005 para 23 produtores certificados em 2013. O crescimento nos produtores certificados de grãos foi de apenas 1 produtor certificado em 2005 para 8 certificados em 2013. A suposição é de que muitos dos produtores que à época eram entrantes passaram ao *status* de certificados.

Houve um surgimento de outras categorias, não contabilizadas na tabela anterior, como a produção de produtos processados e laticínios. Mesmo sendo apenas 2 unidades produtivas, tal informação é importante para perceber a dinâmica do mercado de orgânicos, com uma importante característica, a agregação de valor ao produto orgânico, que já tem um valor agregado devida qualidade intrínseca, com a introdução do processamento.

No caso de produtos de origem animal, que tinham grande quantidade de

entrantes em 2005, não responderam às expectativas. Dos 40 entrantes para a produção de avestruzes em 2005, nenhum produtor foi identificado em 2013, o mesmo pode-se falar sobre os produtores de carne bovina que tinha 10 entrantes em 2005, e atualmente não apresenta nenhum. Para produtores de leite existe apenas 1 que não foi computado uma vez que sua produção é completamente transformada em laticínios (queijo, iogurte e bebidas lácteas), sendo inserido na categoria de produtos processados e laticínios.

Notadamente, o perfil dos produtores de orgânicos do Distrito Federal se diferencia do perfil de produtores orgânicos no país. A tabela 10 - Comparativo de Produção Orgânica, Brasil e Distrito Federal – mostra que, em média, as áreas das unidades de produção de orgânicos no DF são quase 26 vezes menor que a média das áreas das unidades de produção orgânicas do país. Em contrapartida, o rendimento médio, por hectare, das unidades produtivas é quase 73 vezes maior que a média nacional por hectare.

A partir dos dados apresentados na tabela 10, calcula-se que a média brasileira ficou em torno de 135 hectares por unidades de Produção, com uma média de renda Bruta anual de R\$ 128,73 por hectare. O Distrito Federal apresenta uma média de 5,19 hectares por unidade produtiva, e uma renda bruta anual de R\$ 9.389,00 por hectare. Isso pode significar que a informação está sendo passada e a diferenciação do produto está sendo aceita pelo consumidor do Distrito Federal, no que se refere ao cumprimento das normas.

Em uma área que representa 0,05 % da área total do país o DF participa com 4% da movimentação do mercado de orgânicos do país. Infere-se disso a produção realizada no Distrito Federal baseia-se em produtos que possuem uma rentabilidade maior por área.

**Tabela 10: Comparativo de Produção Orgânica, Brasil e Distrito Federal – 2012.**

	Unidade Produção	Área (ha)	Produção (milhões de R\$)
Brasil	11.524	1.553.675	200
Distrito Federal <sup>21</sup>	164	852	8

Fonte: Emater-DF, Figueiredo e Soares, 2012 e Brasil, 2012.

Quando se observa, no Distrito Federal, os resultados encontrados quanto ao atendimento aos requisitos para certificação vimos que todos eles afirmam atender aos requisitos. Desta forma, cabe questionar os motivos pelos quais 30% de produtores que trabalham com orgânicos – mesmo com subsídio do SEBRAE – não possuem certificação.

Neste sentido, presente estudo pode direcionar as respostas para alguns pontos, como custos para certificação. Observando a Equação 2, apresentada no Referencial Teórico, podemos supor que o custo marginal<sup>22</sup> para se obter um aumento na qualidade seria maior que a receita marginal obtida por esta qualidade superior.

Baseando-se na equação apresentada, aumentar o percentual de produtores certificados no DF exigiria pelo menos uma das seguintes opções: a) diminuir o preço de certificação – diminuindo o custo marginal – ou; b) aumentar o preço do produto orgânico – aumentando a receita marginal.

Aumentar o preço do produto orgânico poderia restringir o acesso a alguns consumidores, o que, a princípio, pode não ser uma alternativa viável.

Entretanto, diminuir o preço da certificação seria possível caso um Organismo

---

<sup>21</sup> Os dados utilizados para elaboração desta tabela, quanto ao número de unidades de produção e a área dos produtores orgânicos do Distrito Federal, foram de Brasil, 2012. Optou-se por não foram utilizar os dados da Emater-DF, apresentados anteriormente, pois eles apresentavam apenas as áreas dos certificados – não incluindo o caso do produtor não possui uma certificação e participa de uma OCS.

<sup>22</sup> Representado apenas pela preço cobrado pelo Organismo de Avaliação da Conformidade, já que os requisitos são cumpridos.

de Avaliação da Conformidade Orgânica – ou mesmo a OPAC Cerrados – consiga realizar certificações de orgânicos no DF a um custo menor do que numa certificação por auditoria.

Existem também questões ideológicas e a indisposição do produtor em lidar com os aspectos burocráticos da certificação e atender as exigências de adequação da propriedade.

Quanto à comercialização, os dados da pesquisa apontam que, na opinião dos produtores, há necessidade de melhorias, facilitando o acesso a novos mercados. Da mesma forma, observa-se que o número de produtores certificados influencia nesta situação. Dividindo os produtores que não possuem certificação encontramos: a) produtores que participam de OCS e b) produtores que não participam de OCS.

Caso o produtor se encontre na situação b) apresentada, certamente ele terá seu mercado reduzido para venda dos seus produtos com a informação de cumprimento às normas de orgânicos. Caso o produtor se encontre na situação a) este terá acesso às feiras orgânicas, e pode ter uma rentabilidade considerável, e poderá realizar entregas diretas (*delivery*) contudo, mercado restrito à entrega direta.

Quanto à comercialização dos produtos junto ao PAA, a Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI- DF, é o organismo que executa o programa nesta Unidade Federativa via convênio com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. A compra é feita na modalidade de Compra Direta com Doação Simultânea. Ou seja, os produtos adquiridos são destinados a entidades socioassistenciais, que devem ser cadastradas previamente junto ao Banco de Alimentos da CEASA-DF.

A tabela 5 apresenta os produtos orgânicos comercializados no PAA – Distrito Federal.



**Tabela 5: Produtos Orgânicos Comercializados no PAA Distrito Federal – 2012/2013.**

<b>Produto</b>	<b>Quantidade Comercializada, em Kg</b>	<b>Valor em R\$</b>
Hortigranjeiros	1285,62	5318,26
Frutas	216,31	862,20
Total	1492,286	6158,56

Fonte: Dados da Coordenação de Compras Institucionais – SEAGRI-DF, 2013.

Estudo feito pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônomo do Paraná 2007 (Paraná, 2007, p. 152) afirma que “a comercialização de alimentos e produtos orgânicos pelo PAA no Paraná é ainda pouco expressiva, não ultrapassando 5% do total da quantidade comercializada pelo Programa”.

Os valores apresentados pela comercialização de produtos orgânicos no PAA do Distrito Federal não chegam nem a 0,4% do montante comercializado pelo Programa. Ou seja, essa proporção, no Distrito Federal, é mais do que 10 vezes menor que do que no Paraná.

Uma hipótese pode ser levantada: os preços oferecidos pelo programa de governo são menores do que os preços alcançados pelos produtores em outros mercados. Ou seja, os produtores têm acesso a outros canais de comercialização que oferecem preços melhores.

Os produtores de orgânicos no Distrito Federal estão acessando mercados que

pagam melhor que os preços estabelecidos para as compras governamentais do PAA. Mas aponta a necessidade de verificação, por parte da Secretaria de Agricultura do DF, de reavaliação dos preços estabelecidos para produtos orgânicos. Contudo, a confirmação dessa explicação só seria possível com um estudo comparativo de preços no PAA e em outros mercados.

Como forma de apontar direcionamentos para o desenvolvimento do mercado de orgânicos no Distrito Federal, e subsidiar a elaboração de novos trabalhos, o presente trabalho inclui ainda algumas sugestões apresentadas no Anexo C.

## 7 - CONCLUSÃO

O único Organismo de Avaliação de Conformidade que atua no DF é a EcoCert Brasil, empresa com sede em Santa Catarina, atuando com mediação do SEBRAE. Os valores pagos para a certificação, ao ano, são aproximadamente R\$ 300,00, pagos pelo produtor e R\$ 700,00 pagos pelo SEBRAE. Isso quando se considera apenas uma categoria: Por exemplo, Produção Vegetal. Caso o produtor tenha na sua unidade de produção a produção vegetal, produção animal e processamento, os valores serão aumentados.

O resultado das entrevistas mostrou que 70% dos produtores entrevistados possuem certificação, 7,5% não possuem e 22,5% estão em processo de certificação. Neste ponto, os resultados mostram que, os produtores afirmam estar em processo de certificação na EcoCert Brasil, e já indicam estar em processo de certificação na OPAC-Cerrados. Ou seja, já se considera a participação deste Organismo de Avaliação da Conformidade no mercado de orgânicos do Distrito Federal, prevendo a emissão de certificado ainda no ano corrente.

A maior parte das unidades de produção do Distrito Federal que trabalha com orgânicos é menor que 10 hectares, e produz frutas e hortaliças. Os produtores consideram que suas unidades de produção atendem às normas de produção orgânica – mesmo produtores não certificados – consideram ainda que sua escala de produção é pequena

O Distrito Federal tem mercado para produtores de orgânicos e a rentabilidade dos destes é considerável. A participação dos Organismos de Avaliação da Conformidade no Distrito Federal é importante para o desenvolvimento do mercado de produtos orgânicos, de modo a permitir que estes possam acessar novos mercados.

Contudo, qualquer organismo que busque entrar no mercado, certificando a conformidade orgânica dos produtos, terá que ter um custo de certificação reduzido, já que o preço atual da certificação pago pelo produtor é subsidiado pelo SEBRAE.

Um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade – como a OPAC Cerrado – possivelmente terá seus custos reduzidos, contudo seria necessário fazer um levantamento preciso destes custos.

## 8 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BESANKO, D. et al. A economia da estratégia. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- BOTELHO, F. B.B e VALENTE, A. L. Arranjos institucionais, organização dos produtores e redução dos custos de transação. In: Cadernos do CEAN, 24: Avaliações de Políticas Públicas Rurais 2006.
- BRASIL. Decreto 6.323, de 27 de dezembro de 2007 (a).
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cadeia produtiva de produtos orgânicos / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; coordenadores Antônio Márcio Buainain e Mário Otávio Batalha. – Brasília : IICA : MAPA/SPA, 2007. 108 p. ; 17,5 x 24 cm –(Agronegócios ; v. 5) - (b)
- BRASIL. Lei 10831, de 23 de dezembro de 2003.
- BRASIL. Instrução Normativa N° 07 de 17 de maio de 1999. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.
- BRASIL. Instrução Normativa N° 16 de 11 de junho de 2004. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.
- BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Site - <http://www.prefiraorganicos.com.br>, acesso em 08 de maio de 2012.
- BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA. Site - [http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/Noticias/mapa-organicov3%20\(2\).jpg](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Noticias/mapa-organicov3%20(2).jpg), acesso em 07 de maio de 2012.
- BRASIL. Decreto n.º 7.775, de 4 de julho de 2012.

- CASTRO NETO, N. Produção Orgânica: Uma Potencialidade Estratégica Para a Agricultura Familiar. Revista Percurso- NEMO, Maringá, v. 2, n. 2 , p. 73-95, 2010.
- COESTIER, B. & MARETTE, S. Economia da qualidade. Editora SENAC, 2009, São Paulo.
- DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.752, de 7 de fevereiro de 2012.
- ECOCERT BRASIL, site - <http://www.ecocert.com.br>, acesso em 08 de maio de 2012.
- FIQUEIREDO, E. A. P. e SOARES, J.P. G. Sistemas orgânicos de produção animal: dimensões técnicas e econômicas. Anais da 49ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Zootecnia, 2012.
- FONSECA, M. F. A. C, et al. Agricultura Orgânica: Introdução as Normas, Regulamentos Técnicos e Critérios para acesso aos Mercados dos Produtos Orgânicos no Brasil, Manual Técnico 19. 59 p. Programa Rio Rural, Niterói, abril de 2009.
- FONSECA, M. F. A. C. Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. 119 P. Niterói : PESAGRO-RIO, 2009.
- GRAZIANO, G. O. et al. A Certificação de Produtores de Orgânicos no Brasil : um Estudo Exploratório. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 2006.
- JURAN, J. M. A qualidade desde o projeto. Os novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. Ed. Pioneira, 2004, São Paulo.
- KLEDAL, P. R. The four food systems in developing countries and the challenges of modern supply chain inclusion for organic small-holders. Paper for the International Rural network Conference in India, Udaipur 23-28th of August 2009.
- MEUWISSEN et al. Technical and economic considerations about traceability and certification in livestock production chains. In : Velthuis A.G.J. et al. New approaches to food-safety economic. p 41 a 54. Kluwer Academic Publishers, Dordrecht 2003.

- NASSAR, A. M. Certificação no Agrobusiness. In: ZYLBERSZTAJN, D & SCARE R. F. Gestão da qualidade no Agribusiness: estudos de casos. Editora Atlas, 2003, São Paulo.
- NEVES. M. F., 1999. Um modelo de planejamento de canais de distribuição no setor de alimentos – Tese de Doutorado – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo 267 p.
- OSTROM. E. Beyond Markets and States: Polycentric Governance of Complex Economic Systems. Prize Lecture December 8, 2009.
- PARANÁ. O mercado de orgânicos no Paraná: Caracterização e Tendências / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e Instituto Agrônômico do Paraná. Curitiba : IPARDES, 2007. 188 p. + anexos
- PREFIRA ORGÂNICOS - <http://www.prefiraorganicos.com.br>, acesso em 10 de maio de 2012.
- PINHEIRO, K. H. Produtos orgânicos e certificação: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira – PR- Ponta Grossa: [s.n.], 2012.
- REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos. Florianópolis: 2004, 48 p.
- RIO GRANDE DO SUL - Manual Simplificado - Compras institucionais de produtos da agricultura familiar ecológica, 2012.
- SEBRAE. Arranjo Produtivo da Agricultura Orgânica no Distrito Federal. Plano de Ação 2005/2007. 43 p. Belo Horizonte, março de 2005.
- SEBRAE. Informe do Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - Estudo de Inteligência de Mercado: Perfil de Mercado, dezembro de 2010.
- SCHIEFER, G. Traceability and certification in food quality production – a critical view.. In : Velthuis A.G.J. et al. New approaches to food-safety economic. p 55 a 60.

Kluwer Academic Publishers, Dordrecht 2003.

- TEIXEIRA, L. NEVES, M.F. SCARE, R.F – Auditoria e Sistema de Informação em Canais de Insumos do Agronegócio: Proposta de uma ferramenta de pesquisa. *Gestão & Produção*, v.11, n.3, p.399-411, set.-dez. 2004.

- VILELA, N. J, et al. Perfil dos consumidores de produtos orgânicos no Distrito Federal. EMBRAPA, 2006.



## ANEXO – A

### Questionário para produtores

- 1) Seus produtos possuem certificação de orgânicos?  
 Sim                       Não                       Estou em processo.
- 2) Quais produtos você produz?  
 hortaliças.                       Carne de Frango                       Produtos Processados  
 Café.                       Carne Bovina                       Grãos  
 frutas.                       Cogumelo                       Outros. (especificar)  
 Ovos                       Leite

---

- 3) Qual a área das unidades de produção?  
 até 10ha     Maior que 10ha e menor que 50ha     Maior que 50ha
- 4) Onde entrega seus produtos?  
 Feira  Supermercados  Mercado orgânico-CEASA  Outros

---

- 5) Nível de produção-escala  
 baixa                       média                       alta
- 6) Regularidade na comercialização  
 constante                       intermitente                       esporádico
- 7) Qual seu tipo de certificação?  
 Auditoria                       OPAC.                       Facultativa                       Não Possui
- 8) Quanto você pagaria (máximo) para obter uma certificação de orgânicos?  
 até R\$ 100,00     entre R\$ 100 e R\$ 400,00     mais de R\$ 400,00
- 9) Qual estágio de transição para chegar a certificação?  
 inicial - pediu a certificação  
 intermediário – Está atendendo as recomendações.  
 atende a legislação para certificação.
- 10) Quais as principais dificuldades (Pode marcar mais de uma)  
 ambientais  sociais-econômicas  técnicas  Não tive Dificuldades
- 11) Qual a participação da atividade orgânica na renda familiar  
 principal                      – 100% da renda  
 secundária                      – entre 10% e 50% da renda  
 baixa                      – até 10% da Renda

## ANEXO – B

### Exportação Brasileira de Orgânicos (2006 a 2010)

O SEBRAE, 2010 apresenta a Tabela de Exportação Brasileira de Produtos Orgânicos, feita pelo Ministério de Desenvolvimento da Indústria e Comércio.

Veja que entre os anos de 2009 e 2010, houve uma diminuição da exportação Brasileira de Produtos Orgânicos. De acordo com avaliação feita pela Organics Brasil, utilizando-se de dados fornecidos por certificadoras que representam 98% das exportações de produtos orgânicos no Brasil – IBD, EcoCert, IMO e BCS - (apud SEBRAE, 2010), tal fato se deve a um aumento da demanda interna, somado ao fato da moeda nacional estar valorizada.

**Tabela: Exportação Brasileira de Produtos Orgânicos.**

<b>Exportação Brasileira de Produtos Orgânicos - Agosto/2006 a Junho/2010</b>															
Mês	2006			2007			2008			2009			2010		
	Kg	US\$ FOB		Kg	US\$ FOB		Kg	US\$ FOB		Kg	US\$ FOB		Kg	US\$ FOB	
Valor		Var. %(*)	Valor		Var. %(*)	Valor		Var. %(*)	Valor		Var. %(*)	Valor		Var. %(*)	
<b>Total</b>	<b>8.107.470</b>	<b>4.848.761</b>	-	<b>19.544.784</b>	<b>11.956.109</b>	-	<b>13.192.307</b>	<b>12.398.218</b>	<b>3,7</b>	<b>4.467.857</b>	<b>3.661.625</b>	<b>(70,5)</b>	<b>484.436</b>	<b>471.005</b>	-
Jan				1.201.052	612.817	-	696.210	550.747	-10,1	1.234.107	854.054	55,1	111.105	88.039	-89,7
Fev				2.171.190	1.210.129	-	978.990	899.998	-25,6	38.443	76.696	-91,5	110.190	83.846	9,3
Mar				2.189.555	1.087.569	-	939.094	1.097.938	1,0	519.108	404.661	-63,1	107.465	80.966	-80,0
Abr				2.324.294	1.230.151	-	873.940	919.791	-25,2	784.886	598.991	-34,9	152.075	204.265	65,9
Mai				1.133.580	602.912	-	2.028.990	2.132.716	253,7	691.864	690.726	-67,6	3.480	12.889	98,1
Jun				1.193.443	653.377	-	2.018.680	1.820.454	178,6	687.235	605.392	-66,7	121	998	99,8
Jul				424.403	292.935	-	904.740	940.108	220,9	147.000	151.146	-83,9			
Ago	1.527.760	727.886	-	1.379.785	788.947	8,4	1.060.010	1.100.235	39,5	1.694	12.934	-98,8			
Set	2.626.896	1.261.930	-	1.724.438	986.018	-21,9	526.291	486.389	-50,7	110.965	89.408	-81,6			
Out	1.240.222	540.490	-	1.929.638	1.065.390	97,1	996.445	778.024	-27,0	20.000	17.814	-97,7			
Nov	874.566	1.031.563	-	2.484.131	1.738.219	68,5	1.334.609	1.046.500	-39,8	78.850	49.781	-95,2			
Dez	1.838.026	1.286.892	-	1.389.276	1.687.644	31,1	834.307	625.318	-62,9	153.705	110.023	-82,4			

(\*) Variação percentual de valor em relação a igual mês do ano anterior

Fonte: MDIC/SECEX

Fonte: MDIC/SECEX, apud SEBRAE, 2010

## ANEXO – C

### SUGESTÕES

Cabe sugerir a elaboração de políticas públicas que favoreçam, não somente a formação de novos pontos de comercialização, mas a regularização de outros pontos já existentes. É sabido que um grande número de feiras orgânicas no DF atua sem a licença de funcionamento, emitida pelas Administrações Regionais. Com isso a insegurança por parte dos feirantes em realizar novos investimentos é consequência imediata.

Tal política pública abrangeria, não somente a formação de novos pontos de comercialização, mas também ações relativas à Assistência Técnica e Extensão Rural.

Sabendo que os produtores de orgânicos do Distrito Federal, possuem algum tipo de certificação e estão em um estágio que atende às normas de produção orgânica, três passos deveriam ser dados para o desenvolvimento da cadeia produtiva de orgânicos no DF:

- a) Fomentar novos locais de comercialização: Novos locais de comercialização podem favorecer o acesso a novos consumidores próximos aos locais de venda, além de divulgar as características diferenciadas dos produtos orgânicos.
- b) Regularizar locais existentes: Deve-se considerar que, atualmente muitas feiras de produtos orgânicos no Distrito Federal atuam sem licença de funcionamento, junto às Administrações Regionais, o que a torna passível de ações da Fiscalização de Atividades Urbanas. Desta

forma, a insegurança pode atuar como empecilho para investimentos. Por exemplo, em geral, as feiras não possuem pontos de energia, o que dificulta a comercialização de produtos que exigem condições especiais de armazenamento - resfriamento.

- c) Aumentar os investimentos em extensão rural e assistência técnica, capacitando mão de obra e permitindo que os produtores possam aumentar a escala de produção.

Tais passos apontados, a princípio, permitiriam que o Distrito Federal se aproximasse mais do padrão ideal da seguinte forma: os itens a) e b) favoreceriam o acesso dos produtores a mercados e, eventualmente abrindo novos mercados. O item c) favoreceria, entre outras coisas, a capacitação de mão de obra, o repasse de tecnologias e manejos diferenciados que permitiriam o aumento da escala de produção, ou mesmo a diminuição dos custos de produção.

Outra iniciativa importante para valorizar o mercado de orgânicos no Distrito Federal é rever os valores pagos pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, de modo a favorecer a comercialização destes. Esta iniciativa teria como base a aproximação dos preços pagos no PAA, com os preços praticados em feiras de produtores, por exemplo.

Por fim, seria importante a realização de estudos de levantamento de custos para se realizar a certificação no Distrito Federal. Tanto de uma certificação por auditoria – levantando os custos para manutenção do organismo de avaliação de conformidade, custos para se realizar as visitas de auditoria, entre outros – e de uma certificação participativa – contabilizando o tempo dispendido pelo produtor, custos de deslocamento, e a manutenção da certificadora, por exemplo.

A realização de um estudo como o citado poderia favorecer a decisão de entrada de outros Organismos Avaliadores da Conformidade no DF, ou mesmo dar maior embasamento para os Organismos que já atuam no DF.

## ANEXO – D

### AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Questões	Média Geral	Desvio Padrão	Padrão	Diferença (média para o Padrão Ideal)
Produtos Certificados	820,00	129,42	1000	180,00
Cesta	241,25	51,54	500	258,75
Tamanho	112,50	66,60	500	387,50
Mercado	337,50	115,66	1000	662,50
Escala	282,50	123,56	1000	717,50
Regularidade	575,62	90,763	750	174,37
Tipo de Certificação	676,87	108,45	750	73,12
Disp. Pagar	390,00	76,64	750	360,00
Estágio	470,00	76,073	500	30,00
Dificuldades	414,37	76,69	750	335,62
Participação	647,50	106,91	1000	352,50

## ANEXO – E

### AVALIAÇÃO POR ÁREA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO

	Nota	Padrão	Grupo 1	% Grupo 1	Grupo 2	% Grupo 2	Grupo 3	% Grupo 3
Produtos certificados	100	1000	810	81	812,5	81,25	1000	100
Cesta	50	500	210	42	350	70	275	55
Mercado	100	1000	320	32	300	30	550	55
Escala	100	1000	260	26	250	25	750	75
Regularidade	75	750	585	78	581,25	77,5	412,5	55
Tipo de Acreditação	75	750	677,5	90,33	656,25	87,5	750	100
Disponibilidade	75	750	392,5	52,33	375	50	750	100
Estágio	50	500	460	92	500	100	500	100
Dificuldades	75	750	462,5	61,67	281,25	37,5	225	30
Participação	100	1000	636,67	63,67	712,5	71,25	550	55
Média		800	481,42	61,9	481,87	63	531,25	72,5
Diferença (Padrão Padrão Ideal)			318,58		318,12		223,75	